



Sintergs reabre canal de diálogo com o Chefe da Casa Civil

Reportagem completa na página 18 e 19

FECHAMENTO AUTORIZADO
PODE SER ABERTO PELA ECT

**Emenda popular
busca garantir
reposição parcial das
perdas inflacionárias
dos servidores
públicos do RS**

Páginas 4 e 5

**Lei autoriza
pagamento
retroativo de
direitos suspensos
na pandemia**

Página 29

**Após intervenção
do Sintergs,
Governo muda
entendimento
sobre parcela de
irredutibilidade**

Página 16 e 17

ARTIGO

Da escuta à articulação: o trabalho sindical que qualifica políticas públicas



Por Nelcir André Varnier

Presidente do Sintergs

Quando reencontramos a mesa de negociação com o governo estadual, em outubro de 2025, carregamos conosco algo que em uma única pasta seria insuficiente colocar. Levamos a experiência acumulada de milhares de profissionais de nível superior que mantêm o serviço público estadual em funcionamento diário nos hospitais, nas escolas, na gestão de obras, na fiscalização, no planejamento e em tantas outras frentes. Ali estava claro o papel de um sindicato quando está sintonizado com a sua base: ser a ponte organizada entre o que acontece nos locais de trabalho e as decisões que saem do gabinete.

O Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul foi criado em 1988 com o objetivo de representar esse conjunto de carreiras que exigem formação superior e atuam em praticamente todas as áreas do governo estadual. Hoje, reúne milhares de servidores ativos e aposentados de diferentes órgãos da administração, incluindo profissionais da saúde, da educação, da agricultura e pecuária, da infraestrutura, do planejamento, da tecnologia, da fiscalização e de outras áreas especializadas. Falar do SINTERGS é falar de quem planeja, executa, fiscaliza e inova as políticas públicas que respondem diretamente pela qualidade do serviço público entregue à população.

As carreiras de nível superior do Executivo estadual formam equipes que elaboram estudos para novas políticas, analisam impactos orçamentários, planejam redes de atenção em saúde, avaliam contratos, acompanham obras, conduzem processos de

licenciamento ambiental, estruturam programas educacionais e organizam dados e sistemas. Em comum, carregam alta responsabilidade técnica, exigência de atualização permanente e exposição constante às mudanças na legislação.

Nesse contexto, um sindicato que acompanha de perto a realidade da categoria precisa funcionar como rede de escuta, síntese e articulação. Escuta, quando recolhe demandas nos setores, nas reuniões com representantes e nas assembleias. Síntese, quando organiza essas demandas em pautas claras, com prioridades definidas e fundamentos técnicos. Articulação, quando leva essas pautas às mesas formais com o governo, aos espaços de diálogo com outras entidades e às instâncias de participação institucional. A nossa força e o tamanho dela, resulta da compreensão sobre o papel e a importância de se ter um sindicato que represente a categoria verdadeiramente, mas também da capacidade de transformar vivências individuais em propostas coletivas consistentes.

A discussão da lei que reorganizou quadros e carreiras a partir de 2024 evidenciou o quanto detalhes de tabelas, critérios de enquadramento e regras podem produzir distorções entre servidores que atuam lado a lado, com responsabilidades semelhantes e muitas vezes idênticas. Ao analisar esses impactos, o SINTERGS construiu estudos, comparou cenários e apresentou propostas formais para corrigir disparidades, sempre partindo de casos concretos trazidos pela base e traduzidos em argumentos claros, consistentes e compreensíveis para o governo.

Em síntese, é importante reforçar que sindicatos sintonizados com a categoria ajudam o Estado, sobretudo governos que escutam. Funcionam como ponte para conectar considerações justas e sinceras produzidas pela categoria, sem individualizar manifestações. Isso permite identificar problemas com antecedência, sem competir com o Estado, mas contribuindo para que os governos ouçam com clareza, identifiquem desafios e disponham de propostas tecnicamente embasadas. A presença ativa de servidores qualificados na construção de soluções evita que decisões sejam tomadas apenas a partir de um olhar partidário e fortalece projeções técnicas com impacto real na ponta.

Ao olhar para a trajetória recente do SINTERGS, vejo um sindicato que se mantém fiel à sua origem e que, ao mesmo tempo, se adapta às novas formas de organização do trabalho e de participação social.

Ampliar canais de consulta, formar quadros capazes de dialogar em diferentes espaços e aprofundar a produção técnica própria são tarefas permanentes. Quando essa rede funciona, a categoria se reconhece na entidade, o governo encontra um interlocutor consistente e a população recebe o resultado em políticas mais estáveis, serviços mais organizados e equipes mais preparadas.

O desafio para os próximos anos é aprofundar essa sintonia entre base, direção e governo, sem perder de vista que cada avanço em carreira, condições de trabalho ou reconhecimento social retorna em benefício da sociedade gaúcha como um todo. Um sindicato representativo, responsável e atento ao cotidiano dos servidores é parte da infraestrutura institucional de que o Estado precisa para cumprir seu papel. É com essa consciência que seguimos construindo, dia após dia, essa rede de confiança entre quem serve e quem governa.

Conselho Curador da Fundação Nhandé Kueri é oficialmente instalado em reunião realizada na sede do Sintergs

Em um momento histórico para o fortalecimento das políticas de qualificação, formação e valorização dos servidores públicos de nível superior do Rio Grande do Sul, foi realizada, no dia 2 de dezembro de 2025, na sede do Sintergs, a primeira reunião de instalação do Conselho Curador da Fundação Nhandé Kueri. O encontro marcou o início formal das atividades da Fundação, responsável por acompanhar, orientar e zelar pelos objetivos institucionais da entidade.

A abertura dos trabalhos foi conduzida pelo conselheiro Sylvio Alfredo Petzhold, que, após confirmar quórum legal, declarou instalada a reunião. Em seguida, o Diretor-Presidente da Fundação, Danilo Krause, e a Secretária-Geral, Priscilla Lunardelli, deram as boas-vindas aos conselheiros e apresentaram um panorama institucional.

Os dirigentes destacaram a missão da Fundação, voltada à pesquisa, formação profissional, consultoria e promoção do bem-estar dos servidores, com foco em desenvolvimento humano, formação político-sindical e qualificação para o exercício das funções de Estado.

Eleição da Presidência, Vice-Presidência e Conselho Fiscal

Durante a reunião de instalação, foram realizadas as primeiras deliberações do Conselho Curador. Por aclamação, as conselheiras Rebel Zambrano Machado e Noeli Tejera Lisboa foram eleitas, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho Curador para o mandato de 2 de dezembro de 2025 a 1º de dezembro de 2028.

Também foram definidos os membros do Conselho Fiscal da Fundação Nhandé Kueri, composto pelos titulares Clair

Portes Almeida, João Tadeu Soares da Silva e Augusto César da Cunha, além do suplente Eraldo José Leão Marques.

Avanço institucional e planejamento estratégico

A instalação do Conselho Curador contou ainda com a visita institucional do Dr. Felipe Leiria, representante do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), que destacou a relevância da qualificação permanente dos servidores para aprimorar a gestão pública.

Entre as deliberações aprovadas, está a realização de uma reunião entre a Presidência do Conselho Curador e a Diretoria Executiva da Fundação, prevista para a primeira quinzena de janeiro de 2026, com o objetivo de alinhar o Plano de Trabalho e o planejamento estratégico inicial da Fundação.

Outra decisão unânime foi a proposição de uma atividade inaugural: uma palestra on-line sobre “Janeiro Branco – Saúde Mental”, voltada aos servidores públicos de nível superior, apresentada pela conselheira Juliana Silvani.

Marco para o Sintergs e para os servidores públicos

Com a instalação do Conselho Curador, a Fundação Nhandé Kueri dá início a um novo ciclo de institucionalização e fortalecimento de suas ações, reafirmando seu compromisso com a defesa, o aperfeiçoamento e a valorização dos servidores públicos de nível superior do Rio Grande do Sul.

Emenda popular que busca garantir reposição parcial das perdas inflacionárias dos servidores públicos do RS



Uma emenda popular à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 (Projeto de Lei Nº 350/2025) foi protocolada no início de Outubro na Assembleia Legislativa do RS. A iniciativa, que tem o Sintergs como signatário, tem como objetivo prever recursos no orçamento do Poder Executivo de 2026 para assegurar, no próximo ano, a reposição parcial das perdas inflacionárias acumuladas pelos servidores públicos de nível superior, que já chegam a quase 80% ao longo dos últimos anos.

A proposta, construída de forma coletiva por diversas entidades sindicais, entre elas o Sintergs, visa garantir justiça salarial e valorização do funcionalismo público, com base em dados oficiais que demonstram a solidez fiscal e o superávit financeiro do Estado.

De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2025, o Rio Grande do Sul apresentou superávit orçamentário de R\$ 6,7 bilhões e superávit primário de R\$ 1,3 bilhão, além de um crescimento expressivo de 7,7% na Receita Corrente Líquida.

Os indicadores mostram que o Estado opera abaixo dos limites prudenciais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com ampla margem de R\$ 2,53 bilhões para ampliação das despesas com pessoal, o que torna o reajuste plenamente viável e responsável do ponto de vista fiscal.

O 1º vice-presidente do Sintergs, Danilo Krause, destaca que a mobilização surgiu a partir da constatação de que havia espaço e necessidade de ação concreta.

“Tomando conhecimento de que havia possibilidade de apresentar emendas à LDO de 2026, e considerando que o Governador Eduardo Leite não previu a correção dos salários dos servidores do Poder Executivo, o Sintergs buscou fomentar a emenda popular. Os salários dos servidores do Estado estão corroídos em quase 80%, e o Sintergs incorporou-se a esse movimento como forma de garantir a valorização dos servidores públicos do RS em pouco mais de 15%. Esse índice não cobre, por óbvio, o enorme prejuízo acumulado, mas minimiza esses danos e representa um avanço importante. A proposta, de caráter técnico e social, reforça que o reajuste não compromete a estabilidade fiscal do Estado, mas representa um ato de justiça social e reconhecimento da importância do funcionalismo público para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul”, afirma **Krause**.

A 2ª vice-presidente do Sintergs, Priscilla Lunardelli, reforça que o momento é de unidade e de defesa do serviço público. Acrescenta ainda que o Sintergs trabalhará para aprovação da emenda através das suas bases e no convencimento dos Parlamentares que precisam estar sensíveis a esse tema.

Projeto de Lei Nº 350/2025

EMENDA _____

Instituições Externas

Inclui na LOA a previsão de Revisão Geral Anual para os servidores públicos e estabelece índice.

Nos termos do art. 152, §6º, CE/89 e art. 207, V, do Regimento Interno da ALRS, acrescenta-se um artigo, onde couber, às prioridades da Administração Pública Estadual com a seguinte redação:

“Art. XX- As remunerações e os subsídios dos servidores públicos, civis e militares, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública do Estado, das autarquias e fundações públicas estaduais, bem como os proventos de inatividade e pensões, com e sem paridade, ficam revistos em 15,20%, a partir de 1º de janeiro de 2026.”

 Documento assinado digitalmente JOÃO PEDRO DE FRATES Data: 09/12/2025 12:29:45-0100 Verifique em: https://verifica.br.gov.br	 Documento assinado digitalmente ERICO RONI MASLINOWICZ CORRÊA Data: 09/12/2025 18:48:17-0100 Verifique em: https://verifica.br.gov.br
 Documento assinado digitalmente FABIO NUNES CASTRO Data: 09/12/2025 12:20:17-0100 Verifique em: https://verifica.br.gov.br	 Documento assinado digitalmente OSVALDO RODRIGUES DA SILVA Data: 09/12/2025 08:12:10-0100 Verifique em: https://verifica.br.gov.br
 Documento assinado digitalmente RODRIGO DE OLIVEIRA CALLAS Data: 09/12/2025 09:32:13-0100 Verifique em: https://verifica.br.gov.br	 Documento assinado digitalmente NELCE ANDRÉ VASCON Data: 09/12/2025 10:17:45-0100 Verifique em: https://verifica.br.gov.br

Projeto de Lei Nº 350/2025
EMENDA
Instituições Externas

Inclui na LOA a previsão de Revisão Geral Anual para os servidores públicos e estabelece índice.

Nos termos do art. 152, §6º, CE/89 e art. 207, V, do Regimento Interno da ALRS, acrescenta-se um artigo, onde couber, às prioridades da Administração Pública Estadual com a seguinte redação: "Art. XX- As remunerações e os subsídios dos servidores públicos, civis e militares, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública do Estado, das autarquias e fundações públicas estaduais, bem como os proventos de inatividade e pensões, com e sem paridade, ficam revistos em 15,20%, a partir de 1º de janeiro de 2026." CUT CTB SINDJUS SIMPE/RS SINDIFISCO UGEIRM SINDICAIXA ASJ CEAPE/Sindicato S INTERGS

Instituições Externas

“Essa emenda simboliza um gesto de resistência e de valorização dos servidores que sustentam o Estado com seu trabalho técnico e comprometido. Não há razão para que, diante de superávit bilionário, os servidores continuem arcando com perdas tão profundas. O que pedimos é justiça e reconhecimento”, enfatiza.

A emenda popular é assinada por um conjunto de entidades representativas do funcionalismo, incluindo:

- Central Única dos Trabalhadores (CUT)
- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)
- Sindicato dos Servidores da Justiça do RS (SINDJUS)
- Sindicato dos Servidores do Ministério Público do RS (SIMPE/RS)
- Sindicato dos Servidores Públicos da Receita Estadual (SINDIFISCO-RS)
- União Gaúcha dos Policiais Civis (UGEIRM)
- Sindicato dos Servidores da Caixa Econômica Estadual (SINDICAIXA)
- Associação dos Servidores da Justiça (ASJ)
- Centro dos Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do Estado (CEAPE/Sindicato)
- Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Poder Executivo do RS (SINTERGS)
- Confira a íntegra da Emenda Popular.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa dar previsão e destinação de recursos para a concessão de reajuste salarial linear aos servidores ativos e inativos, visando a reparação parcial das perdas inflacionárias acumuladas.O Estado do Rio Grande do Sul, conforme demonstrado no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao 2º quadrimestre de 2025 (acumulado de setembro/2024 a agosto/2025), apresenta uma situação fiscal sólida e superavitária, o que cria o espaço orçamentário necessário para o atendimento desta demanda social.Resultados Fiscais Positivos: O estado registrou um superávit orçamentário de R\$6,7 bilhões, valor R\$1,8 bilhão superior ao período anterior, além de um superávit primário de R\$1,3 bilhão, o que indica capacidade de honrar seus compromissos.Crescimento da Receita Corrente Líquida (RCL): A RCL ajustada teve um crescimento nominal expressivo de R\$4,5 bilhões (7,7%) no período, impulsionado, principalmente, pela Receita Tributária, que cresceu 4,73% acima da inflação.A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites para o gasto com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Os indicadores fiscais de 2025 demonstram que o Estado opera com uma ampla margem de segurança em relação a esses limites, tornando o reajuste perfeitamente viável e legal.Comprometimento Abaixo do Limite: No 2º quadrimestre de 2025, a Despesa Total com Pessoal (DTP) do Poder Executivo correspondeu a apenas 42,54% da RCL Ajustada.Distância dos Limites Legais:O percentual está 4,01 pontos percentuais abaixo do Limite Prudencial (46,55% da RCL).O percentual está 6,46 pontos percentuais abaixo do Limite Máximo (49,00% da RCL).Espaço Orçamentário Disponível: Essa margem fiscal permite elevar a folha de pagamento do Poder Executivo em até R\$2,53 bilhões antes de atingir o Limite Prudencial, o que equivale a um reajuste potencial de 9,44% sobre a massa anual de gastos com pessoal. Se for considerado o Limite Máximo, o espaço se amplia para R\$4,07 bilhões, o que permitiria um reajuste de aproximadamente 15,20%.A despeito da saúde financeira do Estado, a despesa com pessoal do Poder Executivo (DTP) cresceu apenas 3,0% no 2º quadrimestre de 2025. Com a inflação (IPCA/IBGE) acumulada em 5,13% no mesmo período (12 meses até ago./2025), o crescimento do gasto com pessoal ficou abaixo da inflação, o que implica em uma perda real de poder de compra para os servidores.É fundamental que o Projeto de Lei Orçamentária preveja dotação para reparar, mesmo que parcialmente, as perdas inflacionárias acumuladas pelo funcionalismo estadual.Os dados fiscais demonstram a viabilidade técnica e legal para a implementação de um reajuste linear, respeitando a LRF e valorizando os servidores que prestam serviços essenciais à população gaúcha.Diante do superávit orçamentário e primário e da significativa margem fiscal de R\$2,53 bilhões em relação ao Limite Prudencial da LRF, a alocação de recursos no PLOA para o reajuste salarial dos servidores do Poder Executivo não representa risco à estabilidade fiscal do Rio Grande do Sul, mas sim um ato de justiça social e reconhecimento da importância do funcionalismo para o desenvolvimento do Estado.Portanto, esta emenda popular busca a dotação específica e suficiente para a recomposição salarial da categoria.

Instituições Externas

Emenda conforme original encaminhado pela(s) entidade(s) à Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle.

Assinado eletronicamente por:
Assinador Minuscoli
CPF: ***.594.440-**
Data: 09/10/2025 15:53:49 -03:00

Esse documento foi assinado por Alessandro Minuscoli. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinador-dev.nopapercloud.com.br/validate/FRAHB-RDMEH-YTV87-MXQHP>



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: FRAHB-RDMEH-YTV87-MXQHP

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✔ Alessandro Minuscoli (CPF ***.594.440-**) em 09/10/2025 15:53 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
172.71.239.30	Não disponível
Autenticação	ALRS-PROD
Aplicação externa	
O/ursemf8cdLawLjVGv9MahYi62DymSO0BV02k+MftY=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador-dev.nopapercloud.com.br/validate/FRAHB-RDMEH-YTV87-MXQHP>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador-dev.nopapercloud.com.br/validate>

ARTIGO

A saúde do povo gaúcho não é mercadoria

Por Comitê de Servidores da Saúde do CAFF

O povo gaúcho, mais uma vez, foi impactado por um acordo político-institucional que visa postergar direitos em detrimento de um projeto de desmonte dos serviços públicos. O recente acordo celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério Público, que prorroga até 2030 a aplicação do mínimo constitucional de 12% da receita em ações de saúde pública, configura um grave ataque ao direito fundamental à saúde.

A decisão demonstra profunda desconsideração pela luta histórica dos atores do SUS — trabalhadores da saúde, sindicatos, usuários e instâncias de controle social. Trata-se da formalização do subfinanciamento histórico e do enfraquecimento da norma constitucional, transformando um direito fundamental em uma promessa futura, a ser cumprida por outros governos.

O Governo tenta vender à população a imagem de um suposto “investimento” — o chamado SUS Gaúcho — que, na verdade, não passa do cumprimento tardio e parcelado de uma obrigação legal. Mais de duas décadas de descumprimento são maquiadas como “avanço” e “investimento extra”, quando, na prática, representam um rombo histórico e bilionário na saúde pública.

Desde, pelo menos, o ano 2000, o Executivo gaúcho vem descumprindo o artigo 198 da Constituição Federal e as legislações complementares que obrigam o investimento de 12% da receita estadual em saúde pública. Além disso, utiliza instrumentos de gestão que distorcem a realidade dos investimentos, ao incluir recursos destinados ao IPE Saúde e ao Hospital da Brigada como gastos de saúde pública.

Somente em 2024, R\$ 1,3 bilhão deixou de ser destinado à rede básica, aos hospitais e aos municípios, conforme números apresentados pela Secretaria Estadual da Saúde. Esse valor foi subtraído do orçamento da saúde pública em nome de um projeto de ajuste fiscal que penaliza diariamente a população gaúcha, obrigada a enfrentar longas filas para consultas com especialistas, terapias e exames. Atualmente, 388 mil pessoas aguardam na fila da regulação estadual.

O Ministério Público, ao optar pela conciliação, confere legitimidade ao histórico de subfinanciamento praticado pelo Governo, autorizando, na prática, a postergação do cumprimento da Constituição Federal.

O Conselho Estadual de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre foram firmes ao repudiar o acordo, reafirmando que direitos constitucionais não são negociáveis. O mínimo constitucional é uma obrigação imediata, não uma meta futura. A transformação desse direito em objeto de conciliação enfraquece a lei e o papel constitucional do Ministério Público, expresso no artigo 127 da Constituição Federal, que o define como uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

É inaceitável que o mesmo Governo que ignora o ajuste fiscal ao expandir cargos de confiança e terceirizações, e que se declara deficitário apenas no momento de valorizar as carreiras essenciais de Estado, agora utilize um acordo para cancelar o subfinanciamento do SUS. Tal medida não apenas precariza a saúde pública, como também transfere para os próximos governos a responsabilidade imediata de cumprir a Constituição





Demora do Estado em responder processos administrativos faz Sintergs protocolar representação no Ministério Público de Contas

Medida ocorre devido à demora na adoção de providências administrativas corretivas, especialmente no que se refere à alteração da carga horária de 30 para 40 horas no caso dos subsídios (situação dos aposentados antigos especialistas em saúde), ao adicional de penosidade (que segue sendo descontado da parcela de irredutibilidade em diversos casos) e à ausência de resposta administrativa nos recursos de vários associados extranumerários não reestruturados pela Lei nº 16.165/2024.

A demora do Governo do Estado na implementação das correções decorrentes de pareceres de reconhecimento já emitidos pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE/RS) levou o Sintergs a buscar o Ministério Público Estadual. Assim, o Sindicato protocolou no fim de Setembro ofício junto à Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, denunciando a inércia do Executivo.

A medida foi tomada diante da mora administrativa em processos que envolvem a correta aplicação da Lei Estadual nº 16.165/2024.

Apesar da clareza dos pareceres da PGE/RS, que já reconhecem os direitos dos servidores em diversas situações, a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) e a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) vêm postergando indefinidamente a formalização das respostas administrativas e a efetivação das correções devidas.

O atraso afronta os artigos 5º, inciso LXXVIII, e 37 da Constituição Federal, que garantem a razoável duração dos processos administrativos e o princípio da eficiência.

Para o Sintergs, a postergação injustificada agrava ainda mais a situação dos servidores, que têm nos vencimentos a base de subsistência de suas famílias.

Além disso, diversos processos administrativos individuais seguem paralisados, sem decisão, mesmo após meses de tramitação, segundo a 2ª vice-presidente do Sintergs, Priscilla Lunardelli.

“Não é admissível que direitos já reconhecidos pela Procuradoria-Geral do Estado fiquem represados por morosidade administrativa. A demora do Governo em implementar esses pareceres gera prejuízos concretos aos servidores e viola a Constituição. Por isso, buscamos o Ministério Público, para que sejam tomadas providências imediatas. Nossa base clama diariamente por providências nesse sentido”, salienta.

Com a representação, o Sintergs espera que o Ministério Público Estadual cobre do Governo do Estado a adoção de medidas urgentes para garantir a correta aplicação da lei e a efetiva proteção dos direitos dos servidores públicos de nível superior.



Trabalho do Sintergs avança e deve garantir nomeação de aprovados no concurso da Cultura

O trabalho articulado pelo Sintergs junto aos aprovados no concurso da Secretaria Estadual da Cultura (Sedac) caminha para uma solução concreta. A expectativa é de que o Estado realize a nomeação de 15 aprovados das áreas de Artes e seis de Historiador, totalizando o chamamento de 21 aprovados, conforme informações obtidas durante reunião promovida pelo Sindicato, no dia 10 de Outubro, no Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF).

O encontro foi conduzido pelo diretor do Sintergs Guilherme Toniolo e contou com a presença do Diretor de Política Salarial, José Alberto Silveira, além da comissão dos aprovados em concursos da Sedac.

Segundo os encaminhamentos da reunião, o processo que trata da nomeação dos concursados segue em análise final financeira na Sedac, etapa anterior ao envio para o Grupo de Assessoramento Estadual para Política de Pessoal (GAE), órgão vinculado ao Tesouro do Estado e ao Gabinete do Governador. Após a análise do GAE, o pedido será avaliado pelo colegiado de secretários que compõe o grupo.

Em reunião na SPGG, realizada com a subsecretária de Gestão de Pessoas, Ana Dal Bem, foi reafirmado que o concurso público da Cultura permanece vigente até 2026 e apto a embasar novas nomeações.

Durante o diálogo, Ana Dal Bem destacou que a pasta de Planejamento reconhece o pleito dos aprovados e que o processo está sob responsabilidade direta da Secretaria da Cultura.

Em outra ocasião, o Secretário da Cultura, Eduardo Loureiro, já havia informado que o estudo técnico prometido na última reunião foi concluído e que pretende solicitar à SPGG a autorização para a convocação dos aprovados.

O levantamento da Sedac aponta a necessidade imediata de servidores efetivos em instituições culturais como museus, bibliotecas e centros culturais, incluindo a Casa de Cultura Mario Quintana, onde o déficit funcional é expressivo.



Mobilização e diálogo intersetorial

O diretor do Sintergs, Guilherme Toniolo, destacou que o trabalho do Sindicato tem buscado construir soluções com todas as instâncias de Governo, e que novas reuniões na SPGG não estão descartadas.

“Não faz sentido o Estado estar precisando de servidores em diversas áreas e manter profissionais qualificados aguardando nomeação após um concurso válido. Vamos seguir dialogando com as secretarias e defendendo que essas nomeações ocorram o quanto antes. Mas as últimas reuniões mostraram que estamos no caminho certo e que, certamente, o resultado será positivo”, ressalta Toniolo.

Segundo ele, o Sintergs também buscará a Secretaria do Turismo, que pode aproveitar a formação técnica dos aprovados em Cultura, e ainda a Secretaria da Educação e a própria SPGG, para analisar novas possibilidades de aproveitamento dos concursados em diferentes áreas.

“A gestão do Sintergs vai trabalhar para que esse movimento se amplie. A valorização dos servidores concursados é uma política de Estado, não apenas de Governo”, reforçou o dirigente sindical.

Reconhecimento e expectativa

A sinalização positiva obtida nesta nova rodada de tratativas é resultado direto da atuação firme do Sintergs e do engajamento dos aprovados no concurso da Cultura, que há meses vêm denunciando o uso de contratos temporários em detrimento de concursados com habilitação vigente.

O Sintergs lembra ainda que o próprio Ministério Público de Contas do RS (MPC-RS) já reconheceu a prioridade legal da nomeação de aprovados sobre contratações emergenciais. Em reunião recente, o Procurador-geral Ângelo Gräbin Borghetti reafirmou a necessidade de o Estado seguir a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (Tema 784), que proíbe a preterição de concursados quando há vagas disponíveis.

Com o processo de análise financeira em andamento e o parecer técnico já finalizado, o Sintergs vê como muito próximo o desfecho positivo para a nomeação da maior parte dos aprovados no concurso da Cultura.

“O trabalho está bem encaminhado e caminha para uma solução. Seguiremos acompanhando cada etapa para que a nomeação dos servidores se concretize”, conclui Toniolo.



SINTERGS FORTE, VOCÊ FORTE!
ASSOCIE-SE!



ARTIGO

Matar o mensageiro é a solução?



Por Priscilla Lunardelli,
2ª Vice-presidente do Sintergs

Quando faltam servidores para manter a cultura do RS, a solução encontrada pelo Governo parece simples e, claro, eficiente: demite-se o presidente da Fundação Theatro São Pedro. Afinal, quando a realidade insiste em aparecer, nada como culpar quem a anuncia.

A queda de Antônio Hohlfeldt, após alertar publicamente para a impossibilidade de manter os espetáculos do Multipalco em 2026 por falta de pessoal, revela mais do que desgaste político. Mostra a recusa do Governo em enfrentar o óbvio que tem sido repetido pelo Sintergs, pelos aprovados em concurso e até pelo Ministério Público de Contas.

Temos apontado a solução concreta, viável e juridicamente respaldada que é nomear os aprovados no concurso da SPGG para suprir o déficit na Cultura. Recentemente, fizemos o mesmo quando o Piratini resolveu contratar servidores temporários e foi obrigado pela Justiça a nomear aprovados em concurso. A sugestão para o déficit na Cultura foi levada ao Chefe da Casa Civil, ao Secretário da Cultura, à SPGG e ao MPC.

Enquanto isso, a estrutura do Theatro São Pedro triplicou de tamanho. Porém, o quadro funcional é incapaz de sustentar a grandeza de um empreendimento cultural que o próprio Estado inaugurou. Chamar quem já passou por concurso público, algo tão óbvio, segue sendo tratado quase como heresia administrativa. É incompreensível.

O Sintergs apresentou estudo técnico demonstrando que há 1.495 vagas abertas e denunciou, inclusive judicialmente, a preterição ilegal. O MPC já emitiu cautelar exigindo prioridade aos concursados. Mas, diante do vazio de ação, o Piratini preferiu trocar o mensageiro ao invés de enfrentar o problema, como gosta de cantar em prosa e verso.

A cultura gaúcha não pode se sustentar com arranjos improvisados. Se o Estado quer manter o Theatro São Pedro vivo precisa de servidores estáveis, preparados e concursados. Não há solução mais simples, mais barata e mais correta.

Ignorá-la não torna o problema menor. Apenas nos obriga a repetir o que o Governo insiste em não ouvir.

Associe-se ao SINTERGS!



WhatsApp: (51) 99512-5386
Telefone: (51) 3025-0011
E-mail: sintergs@sintergs.com.br
www.sintergs.org.br

SPGG reconhece falhas no sistema de ponto digital dos servidores



Após ofício encaminhado recentemente pelo Sintergs à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), a pasta respondeu reconhecendo que falhas nos relógios de ponto e na rede resultam, com certa frequência, em registros incompletos ou incorretos da jornada de trabalho dos servidores.

O Sintergs tem cobrado providências para solucionar problemas recorrentes no sistema de ponto digital utilizado pela Administração Direta do Estado.

Segundo a SPGG, a manutenção dos relógios e das redes de conexão é responsabilidade de cada órgão, e problemas técnicos podem gerar perda ou atraso na migração dos registros para o sistema digital.

A secretaria também esclareceu que os prazos para lançamento e ajustes no ponto digital são definidos individualmente por cada órgão, sem uma normativa central, e que prazos reduzidos indicam problemas de gestão interna nos Departamentos de Recursos Humanos de cada órgão do Governo.

Ainda conforme a SPGG, a integração dos dados entre o sistema de ponto digital e o sistema RHE (gestão da folha de pagamento) ocorre nos dias 1, 11 e 22 de cada mês.

Para a 2ª vice-presidente do Sintergs, Priscilla Lunardelli, o reconhecimento dos problemas pela própria secretaria confirma a urgência de soluções.

“O sistema de ponto precisa funcionar de forma estável e previsível. Não é aceitável que os servidores sejam prejudicados por falhas técnicas, prazos apertados e falta de padronização. Estamos atentos e seguiremos cobrando melhorias para garantir justiça e segurança no registro da jornada”, afirma.

Servidores que enfrentarem dificuldades no registro do ponto

O Sintergs recomenda que os servidores que enfrentarem dificuldades no registro do ponto entrem em contato com o sindicato e enviem cópia das folhas-ponto para acompanhamento. A entidade também reforça a importância de comunicação clara sobre as datas de migração de dados, extensão de prazos para ajustes e padronização do processo de justificativas em todos os órgãos.

ASSOCIE-SE!

Faça parte dessa luta.

☎ (51) 99512-5386

☎ (51) 3025-0011

✉ sintergs@sintergs.com.br

🌐 www.sintergs.org.br



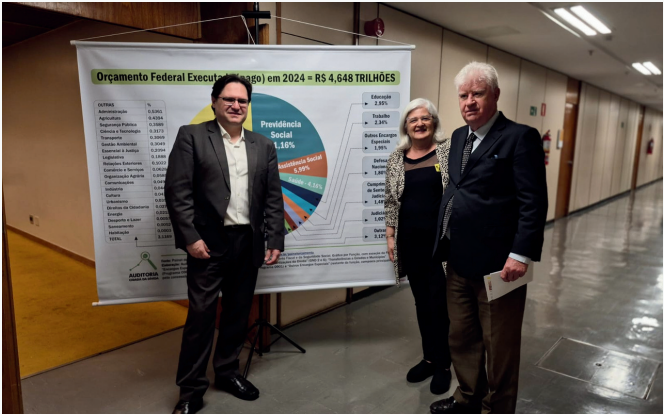
Sintergs participa de evento na Câmara dos Deputados em defesa da Auditoria Cidadã da Dívida



O Sintergs participou de um dos momentos mais importantes das celebrações pelos 25 anos da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD). O encontro, realizado no auditório Freitas Nobre, na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), reuniu representantes de entidades sindicais, movimentos sociais, núcleos regionais e parlamentares comprometidos com a transparência e a justiça fiscal no país.

A atividade marcou o encerramento das comemorações do jubileu de 25 anos da ACD, com a reunião conjunta do Conselho Político e da Frente Parlamentar sobre o Limite de Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular. O evento apresentou o balanço das discussões realizadas em oito eventos temáticos e duas mobilizações nacionais, definindo estratégias e próximos passos do movimento.

O Sintergs, que há décadas apoia a luta pela auditoria da dívida pública, reforçou sua presença nesse momento histórico. A entidade defende a realização da auditoria integral prevista na Constituição Federal de 1988, mas nunca efetivada.



“Trata-se de uma demanda constitucional e de um compromisso com a soberania nacional. Sem enfrentar o chamado sistema da dívida, o Brasil continuará prisioneiro de um modelo que retira recursos de áreas essenciais como saúde, educação e serviços públicos”, afirmou a diretora do Sintergs, Ana Lúcia Touguinha Weidle, que esteve no evento junto com a Diretora de Assuntos Regionais e Setoriais do Sintergs, Maria Aparecida Ferreira Frozza.



ASSOCIE-SE!

Faça parte dessa luta.

✉ sintergs@sintergs.com.br

🌐 www.sintergs.org.br





Histórico da dívida pública

Segundo Ana Lúcia Touguinha Weidle, é importante compreender o contexto histórico e econômico da dívida pública.

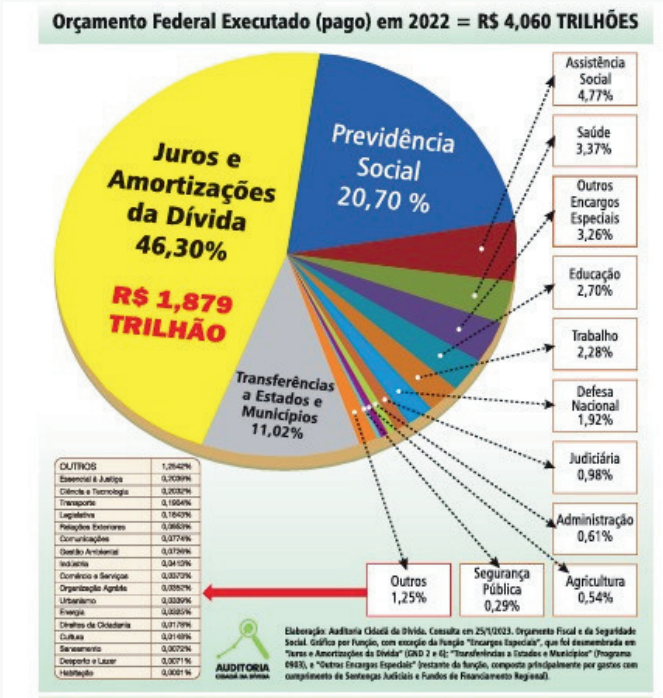
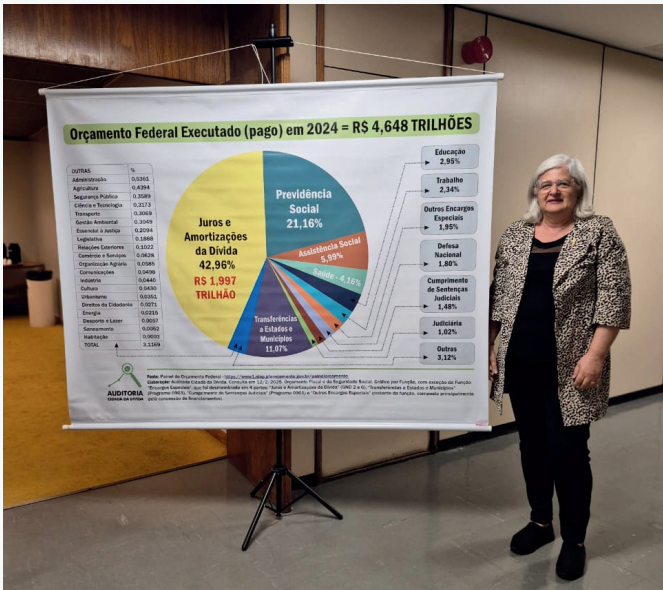
“Desde Getúlio Vargas, que em 1931 realizou uma auditoria e reduziu em cerca de 80% a dívida brasileira, a história mostra que a auditoria é um instrumento de soberania. A auditoria permitiu redirecionar recursos para o desenvolvimento nacional. Hoje, seguimos lutando para que esse instrumento volte a ser usado em benefício do povo brasileiro. A dívida pública não é apenas um tema técnico ou contábil, é uma questão política, social e moral. É o que define se o orçamento vai servir ao povo ou aos credores”, ressaltou.



Durante o evento, a coordenadora nacional da ACD, Maria Lucia Fattorelli, os conselheiros e representantes dos núcleos estaduais apresentaram as propostas e encaminhamentos para que a Constituição Federal seja cumprida.

O Sintergs reafirma seu compromisso com a Auditoria Cidadã da Dívida e com todas as iniciativas que busquem transparência, soberania e justiça social na gestão dos recursos públicos.

“A auditoria é um passo essencial para reconstruir o Estado brasileiro e devolver à população aquilo que lhe pertence por direito”, conclui Ana Lúcia.



SINTERGS EM MOVIMENTO!

Em audiência com Presidente do TJRS, Sindicato reforça reposição para servidores aposentados sem paridade; em reunião com Diretoria do IPE Prev, Sintergs trata de pedidos de aposentadorias

A situação dos servidores públicos estaduais aposentados e pensionistas sem direito à paridade foi o tema central da audiência que o Sintergs participou com o Presidente do Tribunal de Justiça do RS, desembargador Alberto Delgado Neto.

A reunião, realizada a partir de solicitação da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, serviu para reforçar a importância e a urgência do julgamento da ação movida pelo Sintergs e pelo Sindicato dos Servidores da Procuradoria-Geral do Estado (Sindispge/RS) sobre o tema.

Durante o encontro, a direção do Sintergs destacou que foi a entidade sindical quem tomou a iniciativa de ingressar com um Mandado de Injunção Coletivo, atualmente em trâmite no Tribunal de Justiça e aguardando julgamento pelo Órgão Especial, composto por 25 desembargadores.

A ação, movida pelo Escritório José Japur Advogados Associados, tem como objetivo obrigar o Governo do Estado a regulamentar os reajustes dos benefícios previdenciários dos servidores sem paridade, conforme previsto no § 8º do art. 40 da Constituição Federal.

A ação, movida pelo Escritório José Japur Advogados Associados, tem como objetivo obrigar o Governo do Estado a regulamentar os reajustes dos benefícios previdenciários dos servidores sem paridade, conforme previsto no § 8º do art. 40 da Constituição Federal.

O presidente do TJ-RS demonstrou sensibilidade com o tema, destacando que servidores e pensionistas do próprio Judiciário também enfrentam o mesmo problema. A comitiva do Sintergs aproveitou para entregar aos assessores do presidente o número do processo e reforçar a relevância social da matéria.

Segundo o presidente do Sintergs, Nelsir André Varnier, a ação representa uma resposta concreta à omissão do Estado.

“A omissão do Governo e da Assembleia Legislativa compromete a dignidade dos servidores aposentados e pensionistas, que há anos acumulam perdas salariais sem qualquer mecanismo de recomposição inflacionária. Com essa iniciativa, buscamos corrigir essa distorção e garantir justiça a quem dedicou sua vida ao serviço público”, afirmou.



Mora Legislativa

O Mandado de Injunção pede que o Poder Judiciário reconheça a mora legislativa e determine a edição, em prazo razoável, de uma norma que regulamente os reajustes desses benefícios. Enquanto isso não acontece, as entidades solicitam que os mesmos índices de reajuste aplicados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) sejam aplicados às aposentadorias e pensões sem paridade, como prevê a Emenda Constitucional nº 103/2019.

“É inaceitável que o Estado permaneça inerte diante de uma obrigação constitucional. Essa ação é um passo firme do Sintiergs para que os direitos dos inativos e pensionistas sejam respeitados e efetivados”, destaca o 1º vice-presidente do Sintiergs, Danilo Krause.

A medida pode beneficiar milhares de servidores públicos estaduais aposentados após 2004, data a partir da qual os novos servidores passaram a ingressar sem direito à paridade com os ativos, o que os torna particularmente vulneráveis à perda do poder aquisitivo ao longo dos anos.

Reunião com o IPE Prev

A diretoria do Sintiergs também realizou uma reunião com representantes do IPE Prev, tratando especificamente dos pedidos de aposentadoria de servidores públicos associados ao Sindicato.

A reunião contou com a presença da diretora substituta da Diretoria de Investimentos do IPE Prev, da procuradora e coordenadora setorial da PGE junto ao IPE, Ana Topor Beck; da chefe de gabinete, Martha Bins Voigt; além do presidente do Sintiergs, Nélcir André Varnier, da 2º Vice-presidente, Priscilla Lunardelli, da diretora do Sindicato Maria Aparecida Ferreira Frozza e da advogada Fernanda Vicari, do escritório José Japur Associados, que representa o Sintiergs.

A direção do Sintiergs avalia que a articulação com o IPE Prev é essencial para garantir celeridade e segurança jurídica nos processos de aposentadoria dos servidores, especialmente diante das novas interpretações e exigências aplicadas pelos órgãos de controle.

SINTERGS INFORMA

Quem caiu na **malha fina do Imposto de Renda** por causa do precatório deve seguir as orientações abaixo:

- 1 Enviar e-mail para: sepre.ste@sefaz.rs.gov.br

Informar no e-mail:

- 2 CPF e número do precatório.
- 3 Solicitar a retificação da DIRF junto a Receita Federal.
- 4 Enviar cópia dos documentos do precatório, incluindo a tabela onde consta o valor principal, juros e correção e valor final.
- 5 Enviar documentos fornecidos pelo TJRS ao advogado com o cálculo dos valores. Caso não consiga, deve pedir cópia no TJRS.

Após isso, é necessário aguardar a atualização para realizar a retificação.



Após intervenção do Sintergs, Governo muda entendimento sobre parcela de irredutibilidade

Diante do novo posicionamento jurídico emitido pela PGERS, Sintergs orienta seus associados a protocolarem novo requerimento administrativo.

Novo parecer da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul (PGERS) alterou significativamente a interpretação sobre a parcela de irredutibilidade, prevista no artigo 132 da Lei Estadual nº 16.165/2024. Com isso, os servidores públicos que, em 01/01/2025, data de implantação do novo regime de remuneração por subsídio, exerciam funções especiais de regulação, pregoeiro, auditor ou ouvidor, fazem jus à inclusão da respectiva gratificação na base de cálculo da parcela de irredutibilidade.

O Parecer nº 21.393/2025, divulgado recentemente, impacta diretamente os servidores públicos ativos, especialmente aqueles que estavam em exercício de funções especiais em 1º de janeiro de 2025. Segundo o novo entendimento da PGERS, a parcela de irredutibilidade visa exclusivamente evitar redução na remuneração com a adoção do regime de subsídio, não representando uma incorporação definitiva de vantagens anteriores.

Vale destacar que, até então, o Governo do Estado, de forma arbitrária, não estava computando a gratificação de

função especial na base de cálculo da irredutibilidade, com base em uma interpretação restritiva, o que gerava grave prejuízo na remuneração de diversos servidores.

Em fevereiro de 2025, ao tomar conhecimento da exclusão de vantagens de caráter temporário (como a gratificação de função especial) da remuneração de servidores, o Sintergs se posicionou de forma contundente durante reunião com a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG).

À época, foi informado de que a Secretaria da Fazenda considerava legítima a perda remuneratória. Após forte atuação do SINTERGS e de seu departamento jurídico, o entendimento oficial foi revisto, passando a ser favorável aos servidores.

“Foi em virtude do trabalho e empenho do Sintergs que conseguimos levar a matéria à apreciação da PGE, o que resultou no parecer n.º 21.393/2025. Esse parecer afirma, em suma, que a gratificação de função especial deve compor a base de cálculo da parcela de irredutibilidade enquanto persistirem as condições que justificavam seu pagamento”, ressalta o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier.

A ação do Sindicato teve como objetivo assegurar que a remuneração nominal dos servidores não fosse reduzida com a transição para o regime de subsídio, conforme o princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos, o que, infelizmente, vinha ocorrendo desde janeiro com servidores lotados, por exemplo, no Departamento de Regulação, conforme constatado pelo sindicato.

Parecer

O Parecer nº 21.393/2025 da PGRS destaca que somente os valores efetivamente pagos ou incorporados de forma permanente na data de reenquadramento devem compor a parcela de irredutibilidade. Dessa forma, gratificações que o servidor deixou de receber por estar fora do local de origem ou por não ter sido formalmente reconduzido a determinadas funções não podem ser consideradas no cálculo da irredutibilidade.

Apesar de reconhecer que algumas gratificações de natureza temporária, como as de regulação, ouvidoria, auditoria e pregoeiro, devem integrar a base de cálculo da irredutibilidade enquanto perdurarem as condições que justificaram seu pagamento, o parecer deixa claro que essas vantagens deixam de ser computadas caso cessem os requisitos legais e fáticos para seu recebimento.

Orientação

Diante desse novo posicionamento jurídico, o Sintergs orienta seus associados a protocolarem novo requerimento administrativo, a fim de garantir que seus direitos sejam corretamente reconhecidos.

Para isso, o Sindicato disponibiliza minuta do pedido, que deve ser preenchida com os dados do servidor e direcionada ao *Chefe da Divisão de Gestão da Folha de Pagamento Vinculada ao Tesouro do Estado da Secretaria da Fazenda*.

Documentos necessários

1. Requerimento conforme minuta fornecida pelo Sintergs (link no fim da reportagem);
2. Contracheque de dezembro de 2024, comprovando o recebimento da gratificação de função especial na data de entrada em vigor da Lei nº 16.165/2024;
3. Contracheque atual, que demonstre a permanência no exercício das atividades que justificavam o pagamento da gratificação;
4. Cópia do Parecer nº 21.393/2025 da PGRS, que fundamenta o pedido (link no fim da reportagem)

Sintergs orienta servidores sobre descontos indevidos envolvendo adicional e parcela de irredutibilidade

O Sintergs alerta os servidores sobre os efeitos do Parecer nº 21.655/2025, publicado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que analisa a inclusão das gratificações de insalubridade ou risco de vida na base de cálculo da parcela de irredutibilidade prevista no art. 132 da Lei nº 16.165/2024, especialmente nos casos em que o servidor passa a receber o adicional de penosidade.

Segundo o novo entendimento, quando o servidor passa a receber a penosidade, o valor anteriormente percebido a título de insalubridade ou risco de vida deve ser reduzido ou excluído da parcela de irredutibilidade, enquanto perdurar o pagamento da nova vantagem.

A interpretação preocupa o Sindicato, pois diverge de fundamentos legais e de pareceres anteriores da própria PGE e estudados pela assessoria jurídica do Sintergs.

No Parecer n. 21.329/2025, a Procuradoria já havia afirmado expressamente que a concessão de penosidade não deveria acarretar redução da parcela de irredutibilidade, uma vez que esta foi criada justamente para preservar o valor remuneratório do servidor durante a transição para o formato de subsídio. Para o Sintergs, o novo entendimento não encontra respaldo no texto legal e fere o princípio da irredutibilidade salarial.

Além disso, o art. 132 da Lei n. 16.165/2024 é claro ao determinar que vantagens anteriores, como insalubridade e risco de vida, devem compor a parcela de irredutibilidade sem possibilidade de supressão, salvo previsão legal expressa, o que não existe. O parecer cria ainda uma equivalência interpretativa entre vantagens sem amparo normativo, contrariando o caráter protetivo da irredutibilidade.

“Estamos atentos, estudando tudo o que envolve essa matéria e empenhados em garantir que nenhum servidor tenha sua remuneração reduzida de forma injustificada. A penosidade vem para somar direitos, não para substituí-los. Por isso, orientamos que todos aqueles que sofrerem redução procurem o sindicato e protocolem o pedido de reconsideração”, afirma a 2º Vice-Presidente do Sintergs, Priscilla Lunardelli.

O Sindicato orienta ainda que os servidores que recebiam adicional de insalubridade ou risco de vida até dezembro de 2024 e que recebem parcela de irredutibilidade devem ficar atentos aos contracheques. Caso constatem desconto ou supressão do valor, o Sindicato disponibiliza (ao fim desta notícia) um requerimento administrativo para contestação do desconto com base na legislação vigente.



Sintergs reabre canal de diálogo com o Chefe da Casa Civil

O Sintergs restabeleceu oficialmente um canal direto de diálogo e negociação com o Governo do Estado, por meio do chefe da Casa Civil, Artur Lemos, em reunião realizada no dia 15 de Outubro, em Porto Alegre, que contou com vários membros da diretoria do Sindicato.

O encontro foi considerado altamente produtivo, diante da disposição do secretário em ouvir as demandas da categoria, reconhecer distorções e demonstrar sensibilidade a grande parte dos pleitos apresentados.

Durante a reunião, o Sintergs abordou temas centrais para os servidores de nível superior, como a reestruturação das carreiras, a recomposição das perdas inflacionárias, a situação dos extranumerários e dos quadros especiais em extinção, o auxílio-refeição e os desafios enfrentados no IPE Saúde.

Artur Lemos afirmou que o Governo buscará soluções para os servidores que ficaram de fora da reestruturação e que não tiveram qualquer recomposição salarial, reconhecendo que essa situação envolve cerca de 16 mil servidores, dos quais aproximadamente 2 mil ainda estão em atividade.

“Vou começar a trabalhar nessas demandas e darei retorno para vocês. A questão que temos é como recuperar o passivo e viabilizar uma revisão geral, garantindo estabilidade na receita do Estado”, declarou o secretário, ao assegurar que solicitará à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) uma análise técnica sobre as possibilidades de correção das exclusões ocorridas no processo de reestruturação.



O presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, apresentou os principais pontos que prejudicaram os servidores na reestruturação das carreiras — temas que já haviam sido encaminhados anteriormente à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG).

Entre os tópicos destacados, Varnier mencionou o tempo de reenquadramento, os valores aplicados, a ausência de reenquadramento de diversos profissionais extranumerários, os servidores excluídos de qualquer ajuste ou perspectiva futura de reajuste, além da falta de reposição das perdas inflacionárias, que já ultrapassam 80%.



“Nosso compromisso é com todos os servidores de nível superior. A reestruturação trouxe avanços pontuais, mas manteve injustiças históricas. É fundamental que o governo reconheça e corrija essas distorções, incluindo a adequada reestruturação dos extranumerários”, afirma o presidente.



Varnier também reforçou a importância da participação do Sintergs na regulamentação das promoções e progressões, cobrou a demora na implementação das correções já reconhecidas na reestruturação, destacou a necessidade de uma data-base e defendeu a equiparação do auxílio-refeição ao valor pago ao Judiciário.

O 1º vice-presidente do Sintergs, Danilo Krause, compartilhou sua experiência como servidor extranumerário e ressaltou a importância do Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor (IPVDF), que teve papel fundamental na erradicação da febre aftosa no estado, mas que atualmente enfrenta sérios problemas de infraestrutura.

“Sou extranumerário e não fui reestruturado, mesmo com a lei prevendo o reenquadramento dos inativos. Solicitamos que o tema seja encaminhado à PGE para reconsideração, pois depende de uma decisão política. O IPVDF é um exemplo do valor do serviço público e não pode ser negligenciado — o prédio está em condições críticas e precisa de atenção urgente”, pontuou Krause.

Quadros especiais em extinção

O diretor de Assuntos Previdenciários e Saúde, Syllo Alfredo Petzhold, lembrou que o Sintergs apoiou medidas como o fim das desonerações fiscais e o aumento do ICMS, compreendendo que a recuperação da receita estadual é essencial para garantir avanços salariais e previdenciários.

“Mesmo com esse apoio, os servidores continuam enfrentando perdas acumuladas que corroem o poder de compra e comprometem a qualidade de vida. É urgente enfrentar essa defasagem com medidas concretas”, afirmou Petzhold.

A diretora de Comunicação, Ana Lúcia Touguinha Weidle, alertou para a crescente fuga de talentos do serviço público estadual, consequência direta da desvalorização das carreiras.

“Estamos perdendo profissionais altamente qualificados. Um servidor com doutorado no Rio Grande do Sul recebe pouco mais de mil reais a mais do que um graduado ao final da carreira. Essa diferença ilustra claramente a desvalorização da carreira pública”, observou Ana Lúcia.

Também participaram da reunião o diretor de Política Salarial do Sintergs, José Alberto Silveira que deu início aos diálogos com o chefe da Casa Civil e os advogados Dr. José Japur e Dra. Fernanda Vicari.

Avaliação positiva

O Sintergs avaliou o encontro como positivo e estratégico, marcando a retomada efetiva do diálogo com o núcleo político do Governo do Estado. A entidade destacou a abertura e o comprometimento do secretário Artur Lemos em encaminhar as pautas à PGE e buscar alternativas para corrigir as distorções — especialmente nos temas da reestruturação das carreiras, recomposição inflacionária, IPE Saúde e auxílio-refeição.

“Foi uma reunião produtiva e com perspectivas reais de avanço. O mais importante é que o governo voltou a nos ouvir e reconheceu a legitimidade das nossas reivindicações. Seguiremos firmes na defesa dos direitos dos servidores de nível superior e na construção de soluções que valorizem o serviço público”, conclui Nelcir Varnier.



Sintergs marca presença no primeiro dia de Expointer com ação de valorização dos servidores públicos

Sindicato destacou o papel essencial dos servidores públicos na realização da feira e denunciou disparidades salariais entre os poderes estaduais.

No primeiro dia da Expointer 2025, o Sintergs promoveu uma ampla ação de panfletagem no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio. A iniciativa teve como objetivo valorizar o trabalho dos servidores públicos estaduais que atuam diretamente na organização e funcionamento da maior feira agropecuária da América Latina.

Ao longo de todo o sábado (30/08), a equipe do Sintergs percorreu os espaços da feira distribuindo materiais informativos que ressaltam o papel essencial de profissionais como engenheiros agrônomos, médicos veterinários, zootecnistas, técnicos agrícolas, fiscais, laboratoristas, enfermeiros e administradores públicos.

“São esses servidores que, nos bastidores, garantem a segurança, a qualidade e a organização da Expointer, desde a inspeção sanitária de animais até o controle de produtos e atendimento ao público”, salientou o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier.

ARTIGO

Servidores públicos: a força que move a Expointer



Por Danilo Krause

Médico Veterinário e 1º Vice-presidente do Sintergs

A Expointer é, sem dúvida, a maior feira agropecuária da América Latina. Representa tradição, inovação, cultura e negócios que movimentam o Rio Grande do Sul e projetam o Brasil no cenário internacional. No entanto, por trás dos pavilhões lotados e do brilho das vitrines do agronegócio, existe uma força silenciosa que faz o evento acontecer: os servidores públicos.

São engenheiros agrônomos, médicos veterinários, técnicos agrícolas, fiscais, zootecnistas, laboratoristas, administradores, comunicadores e tantos outros profissionais do Executivo estadual que asseguram a sanidade dos animais, a qualidade dos produtos, a organização dos espaços e o atendimento ao público. Sem esse trabalho incansável, a Expointer simplesmente não seria possível.

Um exemplo histórico que ilustra essa relevância é a vacina oleosa contra a febre aftosa, desenvolvida no Rio Grande do Sul por servidores do Instituto de Pesquisas

Veterinárias Desidério Finamor (IPVDF). Essa vacina foi fundamental para erradicar a doença no País e abrir mercados internacionais ao nosso agronegócio. Esse marco, reconhecido recentemente pela Assembleia Legislativa, mostra que o sucesso do setor privado também nasce do esforço do serviço público.

Entretanto, esses mesmos servidores enfrentam hoje uma dura realidade com perdas salariais enormes, visto que já ultrapassamos mais de 80% de inflação sem a devida reposição dela e um auxílio-refeição quase 5 (cinco) vezes menor que ao do Judiciário. Enquanto governantes e gestores se vangloriam da grandiosidade da Expointer, são os servidores que, com conhecimento, dedicação e suor, sustentam o evento sem a valorização que merecem.

Reconhecer a Expointer é também reconhecer e valorizar os servidores públicos que a tornam possível. Sem eles, não há tradição, não há inovação, não há futuro.

**GOVERNADOR,
RECOMPONHA NOSSAS
PERDAS SALARIAIS!**

União Gaúcha garante acordo histórico entre IPE Saúde e Santa Casa



Sintergs tem assento e voz ativa na União Gaúcha através do seu 1º Vice-presidente, Danilo Krause, e do Diretor de Assuntos Previdenciários e Saúde, Sylío Petzhold. Atuação coletiva assegurou atendimento a milhares de segurados do IPE Saúde no RS.

A União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública do RS, que representa mais de 20 entidades Sindicais e Associações de Servidores Públicos – da qual o Sintergs faz parte representado por seu 1º vice-presidente, Danilo Krause, e pelo Diretor de Assuntos Previdenciários e Saúde, Sylío Petzhold –, foi protagonista no acordo firmado em Setembro, no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), entre o IPE Saúde e a Santa Casa de Porto Alegre.

O avanço só foi possível devido a uma liminar, pois, conforme salientou o Desembargador Eugenio Terra, Vice-Presidente da União Gaúcha, “sem a liminar nada teria acontecido, porque a jurisdição é inerte e sem provocação nada faz.”

O termo encerra um impasse de mais de um ano e garante atendimento contínuo aos segurados do plano de saúde dos servidores públicos estaduais em um dos maiores complexos hospitalares do Estado. O ato contou com representantes dos três Poderes, do Ministério Público e de entidades da sociedade civil.

Desde o início do conflito, originado pelas Instruções Normativas nº 1 a 6 do IPE Saúde em janeiro de 2024, que corrigiram distorções e coibiram sobrepreços em medicamentos, dietas e taxas hospitalares, a União Gaúcha esteve na linha de frente para assegurar que os segurados não fossem prejudicados. Foi a liminar obtida pela entidade que manteve os atendimentos e abriu caminho para a negociação com os hospitais.

O acordo assinado cria a nova categoria “Hospital de Referência Estadual A1+”, com remuneração diferenciada e progressiva para serviços hospitalares de alta complexidade, a ser implementada até 2027. A Santa Casa passa a integrar oficialmente essa categoria, que poderá ser estendida a outros hospitais que cumprirem os mesmos requisitos técnicos.

Sintergs teve atuação ativa

Para o 1º vice-presidente do Sintergs, Danilo Krause, a participação do Sindicato dentro da União Gaúcha foi decisiva para chegar a este resultado.

“O Sintergs esteve ao lado da União Gaúcha em todos os momentos desse processo, defendendo o IPE Saúde e seus segurados com firmeza. Desde a ação judicial que garantiu a continuidade dos atendimentos até as mediações no TJRS, nosso compromisso foi proteger o direito dos servidores públicos e assegurar a sustentabilidade do sistema. O acordo com a Santa Casa é uma vitória coletiva, construída com muito diálogo, estratégia e mobilização. Demonstra que a união das entidades faz diferença concreta na vida dos segurados”, salienta Krause.

A União Gaúcha reforça que a solução alcançada não apenas preserva a assistência hospitalar dos servidores, mas também dá maior previsibilidade econômica aos prestadores, evitando colapso no atendimento e abrindo espaço para novas etapas de aprimoramento do plano de saúde.



SINTERGS EM MOVIMENTO! Panfletagem no CAFF e na Assembleia Legislativa reforça pautas e mobilização da categoria



O Sintergs realizou panfletagem e distribuição de adesivos no Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) e na Assembleia Legislativa, em Porto Alegre.

A ação teve como objetivo chamar a atenção para duas pautas centrais da categoria: o incremento do auxílio-refeição e a recomposição das perdas salariais dos servidores públicos representados pelo Sintergs.

Foram distribuídos panfletos informativos sobre os temas e adesivos alusivos à mobilização, que podem ser colados para dar visibilidade às reivindicações.



Além dos servidores presentes, representantes regionais e setoriais também receberam os materiais para ampliar o alcance da iniciativa. O Sintergs reforça que os associados que desejarem podem solicitar os materiais para se somar às ações de mobilização.

O presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, destacou a importância da participação ativa dos servidores.

“É fundamental que cada servidor cole os adesivos distribuídos para encorpar a mobilização do sindicato em prol da categoria. Quanto mais visibilidade dermos às nossas pautas, mais força teremos para conquistar resultados concretos”, afirma Varnier.

A mobilização do Sintergs segue firme, buscando repercutir as demandas da categoria junto ao governo estadual e aos parlamentares.



No Dia do Servidor, panfletagem no centro de Porto Alegre

Para celebrar o Dia do Servidor Público, o Sintergs realizou, no dia 28 de Outubro, uma ação de panfletagem e diálogo com a população na Esquina Democrática, no centro de Porto Alegre.

O objetivo foi aproveitar a data de homenagem aos servidores para destacar a relevância do trabalho desempenhado diariamente por esses profissionais, tarefas que muitas vezes passam despercebidas no cotidiano da sociedade.

Durante a atividade, foram distribuídos panfletos em defesa de um serviço público de qualidade e de valorização dos servidores estaduais. O material também alertava para os impactos da política de achatamento salarial promovida pelo governo do Estado, responsável por perdas significativas ao longo dos últimos anos e por manter um dos menores valores de auxílio-refeição do País entre os servidores do Poder Executivo.

Entre os temas abordados com quem circulava pela região central, destacou-se a prevenção à dengue, com a entrega de material informativo sobre cuidados e medidas de combate à doença.

O presidente do Sindicato, Nelcir André Varnier, ressaltou que a ação simboliza a resistência e o compromisso dos servidores com a sociedade gaúcha.

“Enquanto o governo segue ignorando a revisão anual dos vencimentos e desrespeitando direitos constitucionais, nós seguimos nas ruas lembrando que quem faz o Estado funcionar são os servidores. Defender o serviço público é defender o cidadão e a qualidade do atendimento à população”, afirmou Varnier.



A 2ª vice-presidente do Sindicato, Priscilla Lunardelli, reforçou a importância de mobilizações como essa para manter vivo o debate sobre a valorização do funcionalismo público.

“O Dia do Servidor é uma data de celebração, mas também de luta. Queremos que a população compreenda que servidores valorizados significam políticas públicas mais fortes, humanas e próximas das necessidades reais das pessoas”, destacou Priscilla.

Com a panfletagem, o Sintergs reafirma seu compromisso com a defesa de um serviço público de qualidade, com a recomposição salarial dos servidores e com o fortalecimento das políticas que garantem direitos e dignidade ao funcionalismo estadual e, consequentemente, à sociedade gaúcha.





Sintergs lança campanha nacional em defesa do STF e da soberania brasileira

Presidente do Sindicato convoca outras organizações, sindicatos e movimentos sociais a se posicionarem ao lado certo da história.

Uma ampla campanha, principalmente, na mídia de Brasília (DF), em defesa do Supremo Tribunal Federal (STF) e da soberania nacional foi assinada pelo Sintergs e incluiu a veiculação de spots de rádio na Capital Federal na rádio BandNews FM, reforçando a importância da independência do Judiciário, preservação da democracia e soberania brasileira.

A mobilização aconteceu uma semana após o Sintergs protocolar, no STF, uma moção de apoio à Corte e de repúdio às sanções impostas pelo governo dos Estados Unidos a um de seus ministros. O documento classifica o ato norte-americano como “uma grave afronta à soberania nacional, ao pacto federativo e ao Estado Democrático de Direito”.

Segundo o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, a defesa do Supremo é um compromisso com o futuro democrático do país.

“A defesa do Supremo Tribunal Federal é, acima de tudo, a defesa da democracia, da independência dos Poderes e da soberania do povo brasileiro. São inaceitáveis ingerências externas que ameacem nossas instituições e nossos direitos”, afirma.

Para o dirigente do Sintergs, a entidade lembra que o STF desempenha papel fundamental na garantia dos direitos fundamentais, na manutenção da ordem constitucional e na estabilidade democrática.

“Além disso, convocamos outras organizações, sindicatos e movimentos sociais a se posicionarem ao lado certo da história, em defesa da legalidade e da construção de um Brasil soberano, justo e solidário”, salienta Nelcir.

Os spots que começam a ser veiculados em Brasília reforçam mensagens como: “ao defendermos o Supremo Tribunal Federal, fortalecemos nossa democracia” e “Democracia e soberania se fazem com justiça social”.

Moção de apoio ao STF repudia sanções dos EUA

A moção de apoio à Corte protocolada pelo Sintergs no Supremo Tribunal Federal (STF) repudia as sanções impostas pelo Governo dos Estados Unidos a um de seus ministros.

A entidade classifica os recentes ataques a um ministro do STF como “uma grave afronta à soberania nacional, ao pacto federativo e ao Estado Democrático de Direito”.

O posicionamento do Sintergs ocorre em meio a uma série de investidas contra o Supremo nos últimos anos, que vão desde campanhas de desinformação e ameaças a ministros até tentativas de desacreditar o papel da instituição na preservação da Constituição e dos direitos fundamentais.

No documento, o Sindicato recordou episódios históricos de intervenções estrangeiras no Brasil, especialmente por parte dos Estados Unidos da América que resultaram em

rupturas institucionais, cerceamento de liberdades civis e retrocessos sociais, cujas marcas permanecem até hoje.

“A defesa do Supremo Tribunal Federal é, acima de tudo, a defesa da democracia, da independência dos Poderes e da soberania do povo brasileiro. São inaceitáveis ingerências externas que ameacem nossas instituições e nossos direitos”, conclui o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier.

A nota ressalta que o STF desempenha papel essencial na garantia dos direitos fundamentais, na manutenção da ordem constitucional e na estabilidade democrática do país. Reforça, ainda, que o sindicato está à disposição para colaborar com a Corte no que for necessário.

Para o Sintergs, o gesto é também um chamado para que outras entidades, sejam elas de trabalhadores ou demais organizações sociais, se posicionem “ao lado certo da história”, em defesa da legalidade, da democracia e da construção de um Brasil soberano, justo e solidário.

Por descaso do Governo e decisão desfavorável no TJRS, Sintergs busca justiça no STF

Por descaso do Governo Eduardo Leite e decisão desfavorável no Tribunal de Justiça do RS (TJRS), o Sintergs busca agora justiça no Supremo Tribunal Federal (STF). O Sindicato ingressou com Recurso Extraordinário no STF para reverter o acórdão do TJRS que declarou inconstitucional o artigo 43 da Constituição Estadual que garante aos servidores da administração direta e indireta o atendimento gratuito de filhos e dependentes, de 0 a 6 anos, em creches e pré-escolas.

A iniciativa reforça o compromisso do Sintergs com a defesa dos direitos sociais e com a luta por igualdade entre os servidores estaduais.

O tema chegou ao Judiciário por meio de um Mandado de Injunção Coletivo, impetrado pelo Sintergs e Sindispge, com assessoria do escritório José Japur Advogados, após anos de omissão do Poder Executivo em regulamentar o artigo 43.

Mesmo previsto na Constituição desde 1989, o direito nunca foi implementado para servidores do Executivo, ao contrário do que já ocorre em outros Poderes, como Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas, Defensoria Pública e Assembleia Legislativa, que garantem auxílio-creche a seus quadros.

“Estamos diante de um direito constitucional negado há décadas. Onde o Governo se omite, o Sintergs atua. Não vamos aceitar retrocessos, e levaremos essa luta até as instâncias necessárias para que os servidores e suas famílias recebam o que lhes é devido”, afirma o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier.

Entenda o caso

O Sintergs e o Sindispge protocolaram, em 25 de junho, Mandado de Injunção exigindo que o Governo do Estado regulamentasse imediatamente o artigo 43 da Constituição Estadual, garantindo o atendimento gratuito de crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas.

Além disso, o pedido solicita que, enquanto não houver regulamentação, seja aplicado aos servidores do Executivo o auxílio-creche nos mesmos moldes já assegurados aos demais Poderes.

O objetivo central do Mandado de Injunção é:

- Reconhecer a omissão legislativa do Executivo na regulamentação do art. 43;
- Determinar a edição da norma regulamentadora em prazo razoável;
- Enquanto houver omissão, garantir o pagamento do auxílio-creche como medida provisória.

O Sintergs seguirá acompanhando o processo, atuando técnica e politicamente para garantir justiça, respeito às normas constitucionais e igualdade entre os servidores públicos do Rio Grande do Sul.

O Sindicato reforça que o acesso à creche e pré-escola é mais do que um benefício funcional, trata-se de proteção social, desenvolvimento da primeira infância e promoção de dignidade às famílias trabalhadoras

Em Brasília, Sintergs reforça defesa do fim da contribuição previdenciária de aposentados durante o 19º Encontro Nacional do MOSAP



A pressão para promover o apensamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 06/2024, conhecida como PEC Social, à PEC nº 555/2006, que trata do mesmo tema foi a principal pauta do 19º Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas do Instituto MOSAP, realizado no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, em Brasília/DF, em Outubro, e que contou com a participação do Sintergs.

O apensamento é um procedimento legislativo que permite que duas propostas de teor semelhante tramitem conjuntamente, evitando o arquivamento de uma delas e acelerando a análise do mérito no plenário da Câmara.



No caso específico, o objetivo é garantir que a PEC 555, prestes a atingir o prazo limite de tramitação, siga em debate junto à PEC 06, que propõe a redução escalonada da contribuição previdenciária até sua completa extinção. A defesa remonta uma pauta histórica: o fim da cobrança da contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentados e pensionistas do serviço público.

O Sintergs participou ativamente do 19º Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas, evento promovido pelo Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (MOSAP), e que reuniu parlamentares, lideranças sindicais e representantes de entidades federais, estaduais e municipais de todo o País.

O deputado federal Cleber Verde (MDB-MA), primeiro signatário da PEC 06/2024, defendeu que a proposta representa um estímulo à economia nacional.

“Se conseguirmos essa redução, será um dinheiro a mais para o aposentado e pensionista. Ele vai consumir, viajar e movimentar a economia. Com isso, aumentam os serviços, a oferta de trabalho e, consequentemente, a arrecadação do próprio Estado”, afirmou.



A presença do Sintergs reforçou o engajamento do funcionalismo gaúcho na mobilização nacional. Para o 1º vice-presidente do sindicato, Danilo Krause, o momento é decisivo para assegurar justiça aos servidores que contribuíram por toda uma vida.

“Os aposentados e pensionistas não podem continuar arcando com uma contribuição que fere o princípio da equidade. Estamos falando de quem já cumpriu seu papel, pagou o que devia e agora enfrenta uma bitributação injusta. A extinção dessa cobrança é uma questão de dignidade e de coerência com o pacto previdenciário”, destacou Krause.

O Diretor de Assuntos Previdenciários e Saúde do Sintergs, Sylvio Alfredo Petzhold, também participou do evento e ressaltou a importância da mobilização conjunta entre as entidades.

“Essa luta é de todos os servidores públicos do Brasil. A atuação do MOSAP e o apoio das entidades estaduais e municipais têm sido fundamentais para sensibilizar o Parlamento. O apensamento da PEC 06 à PEC 555 é um passo técnico, mas estratégico, pois garante a continuidade da tramitação e evita que anos de trabalho e articulação sejam perdidos”, afirmou.

Após o encerramento do evento, uma comissão de 30 representantes de entidades seguiu até o gabinete do presidente da Câmara Federal, Deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), para entregar pessoalmente o pedido de apensamento das propostas.

Uma subcomissão de oito integrantes, entre eles lideranças do MOSAP, foi recebida oficialmente por Motta, que se comprometeu a solicitar parecer técnico sobre o estudo apresentado pelo movimento e analisar o pleito.

O presidente do MOSAP, Edison Haubert, destacou a mobilização constante pela decisão do presidente da Casa.



“Temos mais de 316 requerimentos de parlamentares solicitando o apensamento. Estamos pedindo apenas que essa decisão seja apreciada para que possamos discutir, em Plenário, o mérito da PEC 06”, reforçou.

Além de representantes de todo o país, o encontro contou com a presença de parlamentares que apoiam a causa, como as deputadas Alice Portugal e Jandira Feghali, e o ex-deputado Carlos Mota, autor da PEC 555. Alice Portugal, que preside a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, classificou a mobilização como “um momento crucial para corrigir uma injustiça histórica que penaliza quem já contribuiu por toda a vida”.



Entenda

A cobrança previdenciária sobre aposentados e pensionistas foi instituída pela Emenda Constitucional 41/2003 (uma das mais polêmicas reformas da Previdência Social do serviço público no Brasil que foi aprovada durante o primeiro mandato do presidente Lula), e desde então é alvo de forte contestação por parte do funcionalismo.

A PEC 06/2024 atualiza os parâmetros da PEC 555, propondo a redução da alíquota em 10% ao ano a partir dos 66 anos para homens e 63 para mulheres, até sua extinção completa aos 75 anos.

O movimento também acompanha a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6254, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), que questiona dispositivos da Emenda Constitucional 103/2019 — a Reforma da Previdência —, responsáveis por aumentar as alíquotas cobradas de servidores públicos. O julgamento está suspenso após pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, que devolveu o processo aos autos em outubro deste ano.

Para o Sintergs, o 19º Encontro do MOSAP representou mais um capítulo fundamental na luta por justiça previdenciária.

“Voltamos de Brasília com a sensação de que estamos avançando, com diálogo e mobilização. É preciso manter o tema em evidência e garantir que os aposentados sejam respeitados como cidadãos que contribuíram para a construção do Estado brasileiro”, concluiu Sylío Petzhold.

Com a presença de dezenas de entidades e centenas de participantes, o encontro consolidou-se como um dos mais expressivos eventos de articulação nacional dos servidores públicos aposentados e pensionistas. O SINTERGS reafirmou seu compromisso de seguir atuando em todas as frentes políticas e institucionais em defesa dos direitos e da valorização de seus representados.

Lei autoriza pagamento retroativo de direitos suspensos na pandemia



Sintergs já cobrou postura proativa do Governo do Estado para reparar direitos.

A sanção de uma nova legislação federal reacende a expectativa de milhares de servidores públicos em todo o país que tiveram direitos remuneratórios suspensos durante a pandemia da Covid-19. Publicada no início de Janeiro no Diário Oficial da União, a lei sancionada autoriza o pagamento retroativo de vantagens como anuênios, triênios, quinquênios, sexta-parte e licença-prêmio, referentes ao período entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021.

A norma alcança servidores da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, desde que o respectivo ente federativo tenha decretado estado de calamidade pública à época da pandemia e possua disponibilidade orçamentária. O texto tem caráter autorizativo, ou seja, permite que cada governo decida, por meio de lei própria, se fará ou não a recomposição dos direitos suspensos.

Para o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, a sanção da lei representa o reconhecimento de uma injustiça cometida contra os servidores públicos durante o período emergencial. Segundo ele, o Sindicato já se mobilizava juridicamente diante da suspensão da contagem de tempo para vantagens funcionais.

“Desde que saiu a decisão de suspender a contagem de tempo, já estávamos com estudos jurídicos em andamento para uma possível reversão pela via judicial, pois se tratava de uma enorme injustiça. Com a aprovação e a iniciativa do Congresso e do Governo Federal, foi possível poupar energias. Esperamos que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul siga esse exemplo e cumpra de imediato essa reparação. Seria muito positivo se todos os governos reconhecessem seus erros e facilitassem a vida dos servidores, recompondo seus direitos. Aqui no RS, temos o exemplo da contagem do tempo especial, cuja conversão o governo Eduardo Leite dificulta enormemente. Parece que o Palácio Piratini vê o servidor como inimigo. O governador Eduardo Leite poderia seguir essa linha e reconhecer os direitos retirados dos servidores públicos de nível superior, evitando gastos com ações judiciais e transtornos nas vidas das pessoas”, afirmou Varnier.

A lei que autoriza o pagamento retroativo de vantagens como anuênios, triênios, quinquênios, sexta-parte e licença-prêmio, referentes ao período entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, tem origem no Projeto de Lei Complementar 143/2020, de autoria da senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO), aprovado pelo Senado no final de 2025, com relatório favorável do senador Flávio Arns (PSB-PR).

Durante a tramitação, Arns ressaltou que a medida não cria novas despesas, uma vez que os valores já estariam previstos no orçamento, e que as restrições impostas pela Lei Complementar 173/2020, embora justificáveis no contexto da crise sanitária, acabaram produzindo prejuízos duradouros aos servidores.

Para o parlamentar, a nova legislação “restabelece o equilíbrio, reconhecendo o esforço e o trabalho prestado pelos servidores, sem romper com a lógica da responsabilidade fiscal”. O texto final ampliou o alcance da norma ao substituir a expressão “a servidores públicos” por “ao quadro de pessoal”, incluindo também empregados públicos contratados pelo regime da CLT.

O Sintergs acompanha atentamente os desdobramentos da lei e reforça que seguirá pressionando o Governo do Rio Grande do Sul para que a autorização federal se traduza, na prática, em recomposição de direitos, respeito aos servidores e valorização do serviço público.



Associados participam de Assembleias Gerais Extraordinárias do Sintergs

Os associados do Sintergs participaram, no início de Setembro, das duas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas na sede do Sindicato, em Porto Alegre. O salão de eventos do Sindicato ficou lotado.

As reuniões representaram um momento histórico para a entidade, com importantes deliberações voltadas ao fortalecimento institucional e à defesa dos servidores públicos de nível superior.

Na parte da manhã, durante a primeira Assembleia Geral Extraordinária, os(as) associados(as) aprovaram a reforma estatutária do Sintergs, modernizando e tornando mais eficiente o estatuto do Sindicato para o enfrentamento dos desafios atuais da categoria.

“Esta reforma é um passo essencial para mantermos o Sintergs atualizado e mais preparado para defender os interesses dos servidores públicos de nível superior”, destacou o presidente do Sintergs, Nelsir André Varnier.

À tarde, na segunda Assembleia Geral Extraordinária, os(as) associados(as) aprovaram pequeno incremento de R\$ 3,50 na mensalidade associativa e a extinção do fundo de greve.

“As mudanças aprovadas garantem maior sustentabilidade financeira ao Sindicato e permitem que possamos seguir investindo em ações de defesa e valorização dos nossos associados”, afirmou o 1º vice-presidente do Sintergs, Danilo Krause.

Para a 2ª vice-presidente, Priscilla Lunardelli, a ampla participação nas duas assembleias demonstra o engajamento dos(as) associados(as) na construção coletiva do futuro do Sintergs. “Foi um dia de decisões importantes e democráticas, reafirmando a força da nossa categoria”, ressaltou.

As Assembleias Gerais Extraordinárias foram realizadas na sede do Sintergs, localizada na Rua José de Alencar, nº 1089, bairro Menino Deus, em Porto Alegre.

O Sindicato reforça que a presença dos(as) associados(as) é fundamental para fortalecer as decisões coletivas e garantir a representatividade da categoria nas deliberações que impactam o futuro da entidade e dos servidores representados.

Sintergs dá boas-vindas à nova colega na 8ª CRS com entrega da Caneca Sustentável



A 8ª Coordenadoria Regional de Saúde (8ª CRS), com sede em Cachoeira do Sul, recebeu a farmacêutica Camila Pozzebon, servidora transferida da Secretaria de Saúde de Porto Alegre (SESPOA).

A chegada foi marcada por um gesto simbólico: a entrega da Caneca Sustentável do Sintergs, iniciativa que promove a valorização do trabalho dos servidores e o compromisso com práticas ambientais responsáveis.

A servidora foi acolhida pelos representantes regionais do Sintergs em Cachoeira do Sul, Gilmar Luiz Colombelli e Flávio Thume da Silva, que destacaram a importância de

fortalecer a presença do sindicato junto aos profissionais da saúde na região.

“Esse é um momento de integração e de reafirmação do papel do Sindicato como parceiro e defensor dos servidores públicos. A Caneca Sustentável simboliza cuidado, pertencimento e responsabilidade com o futuro”, afirmou Gilmar Colombelli.

A 8ª CRS desempenha papel estratégico no atendimento à população do Vale do Jacuí, sendo responsável pela coordenação, supervisão e apoio técnico às ações de saúde em diversos municípios da região.

Entre suas atribuições, estão a execução de políticas públicas, o acompanhamento de serviços de saúde e a articulação entre Estado e municípios, garantindo que a população tenha acesso a serviços essenciais e de qualidade.

Com a chegada de Camila Pozzebon, a equipe reforça seu quadro técnico e reafirma a relevância dos servidores públicos para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

O ato de recepção reforça o compromisso do Sintergs em valorizar cada servidor, promovendo acolhimento e integração em todos os espaços onde atua.

Sintergs é destaque na Pré-COP da UFRGS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi palco, em setembro, de um dos principais encontros preparatórios à Conferência das Partes da ONU sobre o Clima (COP). A Pré-COP da UFRGS, intitulada "A Voz da Gestão Ambiental", reuniu especialistas, representantes do poder público e da sociedade civil em torno de debates estratégicos sobre o enfrentamento da crise climática e a construção de políticas ambientais mais eficazes.

O Sintergs teve presença marcante no evento, reforçando o papel essencial dos servidores públicos e da ciência na formulação de soluções para os desafios ambientais contemporâneos. A entidade foi representada pela bióloga e servidora pública Dayse Rocha, que também atua como representante setorial do Sintergs na Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA).

Durante sua participação na mesa de debates dedicada à Mata Atlântica, Dayse Rocha destacou a urgência de ações integradas para a proteção do bioma, um dos mais ameaçados do país. Em sua fala, ela enfatizou a

responsabilidade cidadã na construção coletiva da gestão ambiental, destacando que a preservação do meio ambiente depende tanto da atuação do Estado quanto do engajamento da sociedade.

“A gestão ambiental robusta e participativa é um pilar fundamental para garantir a sustentabilidade e a qualidade de vida das futuras gerações. Não basta apenas fiscalizar ou legislar. É preciso envolver comunidades, pesquisadores e gestores públicos num compromisso conjunto com o planeta”, afirmou.

Com essa participação, o Sintergs reafirma seu compromisso com a defesa da técnica, da ciência e do serviço público como bases para a formulação de políticas ambientais sólidas. A presença da entidade na Pré-COP da UFRGS reforça a importância da integração entre o conhecimento científico e a ação política na busca por um futuro ambientalmente equilibrado.

ARTIGO

LACEN-RS completa 123 anos de compromisso com ciência e resistência dos seus servidores públicos

No dia 31 de Juho de 2025, o Laboratório Central do Estado do Rio Grande do Sul (LACEN-RS) completou 123 anos de uma história marcada por dedicação à saúde pública, avanços científicos e, infelizmente, também por desafios e falta de valorização por parte do poder público.

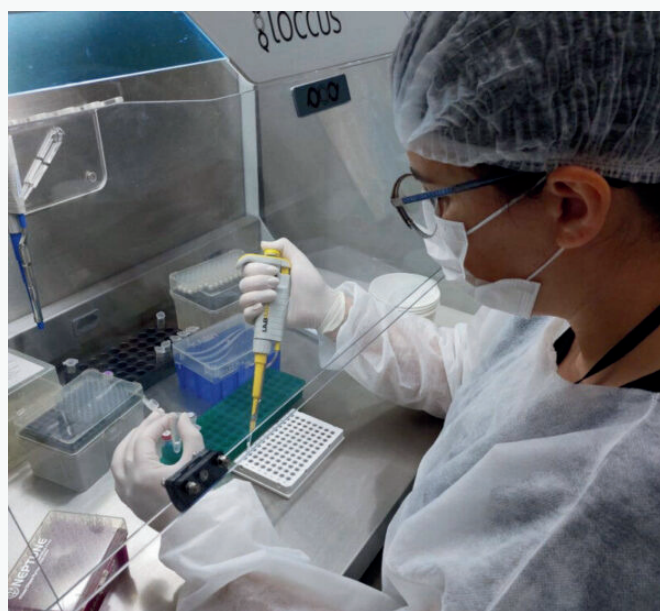
Fundado em 1902, o LACEN nasceu com a missão de realizar diagnósticos e pesquisas nas áreas de microbiologia e parasitologia. Desde o início do século XX, já era protagonista no controle sanitário de água, esgotos, leite e alimentos, além de atuar no enfrentamento de doenças graves e na produção de vacinas, numa época em que epidemias como a varíola, sífilis, tuberculose e gripe espanhola assolavam a população.

Ao longo de mais de um século, o LACEN-RS acompanhou a evolução das necessidades sanitárias dos cidadãos gaúchos. Suas instalações foram sendo aprimoradas, os exames foram se tornando mais complexos e o laboratório passou a ser peça-chave da vigilância em saúde, referência em diagnósticos que auxiliam diretamente na formulação de políticas públicas.

Ainda hoje, mantém seu papel essencial em áreas estratégicas como o controle de qualidade da água, análise de alimentos e medicamentos, identificação de vetores, agentes patológicos e a confirmação de surtos epidêmicos.

Contudo, essa estrutura não se sustenta sozinha. Por trás de cada exame realizado e de cada laudo emitido, há servidores públicos comprometidos, altamente capacitados e muitas vezes invisíveis. Profissionais que, mesmo diante de sucessivos cortes orçamentários, defasagem salarial e ausência de reconhecimento, seguem firmes em sua missão.

A reestruturação das carreiras promovida pelo atual Governo, por exemplo, aumentou a insatisfação entre os trabalhadores do LACEN, em especial os mais antigos, que viram suas décadas de dedicação ser ignoradas por critérios que não valorizam a experiência e o histórico de serviço público de qualidade.



“Muitos povos já travaram, e ainda travam, lutas armadas para se libertar das garras da ganância, das influências externas e da dominação. O desenvolvimento tecnológico é uma das formas de reduzir essa dependência, e o LACEN-RS nasceu dessa ideia. Infelizmente, foi abandonado e negligenciado por governos recentes, inclusive o atual. Graças ao empenho dos excelentes profissionais do serviço público, conseguimos manter minimamente essa estrutura em funcionamento. Mais do que celebrar o aniversário do LACEN-RS como símbolo de independência tecnológica, é preciso cobrar do governo do Estado, e dos que virão, o compromisso de fortalecer e aplicar essa estrutura em todas as áreas possíveis. Sem isso, corremos o risco de comprometer irreversivelmente o nosso futuro”, destaca Nelcir André Varnier, Presidente do Sintergs.

COVID-19

Durante a pandemia de Covid-19, iniciada no final de 2019, a importância do LACEN-RS foi revelada de forma incontestável. Em poucos meses, a equipe se reinventou, dominou novas técnicas laboratoriais e ampliou sua capacidade de diagnóstico para atender rapidamente à população.

Enquanto a sociedade reconhecia esses servidores como heróis, o Estado limitou-se a oferecer uma menção honrosa na Assembleia Legislativa. Não houve reforço estrutural, investimentos em equipamentos, melhoria da rede elétrica ou reformas nas instalações. Muito menos houve reposição inflacionária nos salários, que já acumulam mais de dez anos de estagnação.

Mais recentemente, diante das calamidades ambientais que atingiram o Estado entre 2024 e 2025, o LACEN-RS mostrou novamente seu protagonismo. Foi fundamental no diagnóstico da leptospirose, ao implantar com agilidade uma nova técnica laboratorial que permitiu respostas rápidas e assertivas durante as enchentes.

A atuação do laboratório foi determinante para salvar vidas e conter surtos em comunidades inteiras, mostrando como a ciência pública é indispensável nos momentos mais críticos. Também teve papel decisivo na contenção da epidemia de dengue que assolou o Estado neste período. Foram milhares de casos e dezenas de óbitos confirmados, e a estrutura técnica do LACEN garantiu o diagnóstico preciso e a vigilância epidemiológica que permitiram ações coordenadas pelas autoridades sanitárias.

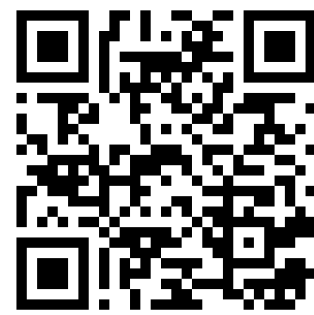
Mesmo diante da sobrecarga de trabalho, da escassez de recursos e da ausência de valorização concreta, os profissionais do LACEN-RS não pararam. Continuam cumprindo com excelência a missão de proteger a saúde da população, com ética, compromisso e profundo senso de responsabilidade.

Criado como um laboratório de pesquisa com reconhecimento nacional, o LACEN-RS perdeu, ao longo dos anos, parte de sua autonomia administrativa e científica, sendo subordinado a uma estrutura que muitas vezes limita sua agilidade e capacidade de resposta. Ainda assim, resiste. A história do LACEN é feita de ciência e serviço público, de pessoas que acreditam no bem coletivo e trabalham silenciosamente para garantir que os direitos básicos da população, como o acesso à saúde e à informação segura, sejam respeitados.

“Neste aniversário de 123 anos, o LACEN-RS merece mais que homenagens simbólicas. Precisa de investimentos concretos, de reconhecimento institucional e de um Governo que compreenda que valorizar seus servidores é garantir um SUS forte e uma saúde pública eficiente. Afinal, sem ciência, sem diagnóstico e sem profissionais valorizados, não há como proteger vidas. E proteger vidas é, sempre, a maior das urgências”, conclui a 2ª Vice-presidente do Sintergs, Priscilla Lunardelli.

Por que se associar ao SINTERGS?

- 1 Proteção funcional
- 2 Defesa dos seus direitos
- 3 Atendimento jurídico **gratuito**
- 4 Informação é **poder**
- 5 Força coletiva



Associe-se ao SINTERGS!

- WhatsApp: (51) 99512-5386
- Telefone: (51) 3025-0011
- E-mail: sintergs@sintergs.com.br
- www.sintergs.org.br

Demora na formalização da estabilidade de servidores: Sintergs cobra providências da SPGG e SES



O Sintergs passou a cobrar providências do Estado diante da demora na publicação dos atos de estabilidade de servidores que concluíram o estágio probatório, entrave que, segundo a entidade, tem impedido dezenas de trabalhadores de aderir à nova janela de teletrabalho aberta pela Secretaria da Saúde em setembro de 2025.

Para isso, o Sindicato protocolou uma série de documentos e ofícios no Gabinete da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, na Secretaria Estadual da Saúde e na Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, pedindo a revisão imediata da orientação administrativa que condiciona a adesão ao teletrabalho à publicação prévia da “estabilidade” no Diário Oficial.

A exigência, afirma o Sintergs, não encontra respaldo legal e cria impedimento indevido a servidores que já concluíram o probatório em agosto de 2025.

“No nosso entendimento, a publicação em Diário Oficial tem caráter meramente declaratório. O direito à estabilidade nasce com o término do estágio probatório, não com a publicação. Condicionar o teletrabalho a essa formalidade é criar uma barreira que não existe na lei e fere princípios básicos da administração pública”, declara o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier.

A 2ª vice-presidente do Sindicato, Priscilla Lunardelli, reforça a queixa dos servidores públicos de nível superior que estão sendo prejudicados diretamente.

“Recebemos dezenas de relatos de colegas que concluíram o probatório e foram impedidos de concorrer à janela de teletrabalho por uma exigência administrativa que não está prevista em norma. Essa prática gera tratamento desigual e precisa ser corrigida com urgência, com resposta formal por parte do Estado”, salienta.

O Sintergs alerta que a manutenção da exigência pode configurar tratamento discriminatório entre servidores em situação idêntica e até caracterizar irregularidade administrativa, por impor obstáculo não previsto em norma ao exercício de direito funcional que já se consolidou com o término do probatório.

“O Sintergs está disponível para diálogo institucional e acompanhamento das medidas necessárias, mas precisamos de resposta formal dentro do prazo legal para que os servidores não sejam mais prejudicados na participação da janela de teletrabalho prevista para este mês”, conclui o Presidente do Sintergs.

Sindicato cobra providências da Fazenda e da PGE sobre não implementação do subsídio para aposentados da saúde



Dois ofícios direcionados à Secretaria da Fazenda (Sefaz) e à Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS) voltaram a cobrar providências urgentes sobre a não implementação do subsídio correspondente à jornada de 40 horas semanais para antigos Especialistas em Saúde já aposentados com paridade.

A solicitação do Sintergs baseia-se no Parecer PGE nº 21.326/25, que reconhece o direito à equiparação remuneratória para esses servidores, conforme a reestruturação de carreira promovida pela Lei nº 16.165/2024.

De acordo com o documento, mesmo após a manifestação formal da PGE, datada de 10 de junho deste ano, o Estado ainda não aplicou a medida nas folhas de pagamento dos aposentados.

Servidores com décadas de DE prejudicados

Segundo o Sintergs, trata-se de uma situação que afeta servidores que atuaram durante décadas em regime de dedicação exclusiva e que, ao se aposentarem com direito à paridade, deveriam ter automaticamente os valores ajustados conforme a nova estrutura de jornada e subsídio.

“Inúmeros associados têm nos procurado relatando a frustração de não verem a correção implementada em seus contracheques. Não é apenas uma questão técnica: é uma questão de justiça com quem dedicou sua vida ao SUS e ao serviço público estadual”, afirma a 2ª vice-presidente do Sintergs, Priscilla Lunardelli.

A entidade também alerta para o acúmulo de um passivo financeiro para o próprio Estado, uma vez que os valores são devidos desde 1º de janeiro de 2025, como estabelece o parecer da Procuradoria.

O Sindicato vem corando uma posição oficial com respostas a duas perguntas centrais: por que a medida ainda não foi implementada e qual a previsão para a regularização definitiva, incluindo o pagamento retroativo.

“Esperamos uma resposta imediata das autoridades competentes. O parecer da PGE foi claro, a lei está em vigor, e os servidores não podem mais esperar. A morosidade fere a dignidade de quem tanto contribuiu com a saúde pública do Rio Grande do Sul”, reforça o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier.

O sindicato reafirma seu compromisso em defender os direitos dos servidores públicos de nível superior e seguirá acompanhando o tema com rigor, cobrando celeridade e respeito à legalidade.

ASSOCIE-SE!

Faça parte dessa luta.

✉ sintergs@sintergs.com.br

🌐 www.sintergs.org.br





Servidores intensificam mobilização por revisão anual dos vencimentos em audiência pública na Assembleia

A mobilização dos servidores estaduais pela revisão geral anual dos vencimentos ganhou força no fim de Outubro, durante audiência pública promovida pela Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Modernização do Estado da Assembleia Legislativa.

A reunião, proposta pelo deputado Leonel Radde (PT), reuniu dirigentes das principais entidades representativas do funcionalismo, entre elas o Sintergs, que representa mais de 10 mil servidores públicos de nível superior.

As entidades reivindicam a aplicação de um índice de 15,20% a partir de janeiro de 2026, como forma de iniciar a recomposição das perdas salariais acumuladas ao longo dos últimos anos. O valor, contudo, não consta no projeto orçamentário enviado pelo governo à Assembleia Legislativa.

O presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, destacou que a ausência de uma política permanente de revisão salarial desrespeita o que está previsto na Constituição Federal e compromete o serviço público como um todo.

“A revisão anual não é um privilégio — é um direito constitucional que o Estado tem ignorado. Quando o governo deixa de corrigir os vencimentos, está desvalorizando os servidores e enfraquecendo os serviços prestados à população”, afirmou Varnier.

Ele reforçou que o Sintergs continuará atuando junto às demais entidades para pressionar o governo e o parlamento pela implementação de uma política de recomposição justa e permanente.

Levantamento do Dieese apresentado durante o encontro mostra que, de 2015 a 2023, a falta de política salarial representou perdas de R\$ 7 bilhões aos servidores, enquanto o governo abriu mão de R\$ 82 bilhões em renúncias fiscais no mesmo período.

A ausência de representantes do governo na audiência gerou forte crítica dos participantes. O presidente do Sindispge, Daniel Martins, lembrou que duas Propostas de Emenda Constitucional para garantir a revisão anual foram apresentadas, mas não avançaram por falta de vontade política.

Ao encerrar o encontro, o deputado Leonel Radde anunciou que a comissão enviará requerimento formal ao Poder Executivo solicitando o envio de um projeto de revisão dos vencimentos à Assembleia e informações sobre os motivos da omissão.

Também será articulada uma reunião entre o governo e as entidades representativas para retomar o diálogo sobre o tema.

Com o apoio de diversas categorias e entidades, o movimento dos servidores promete intensificar a pressão nas próximas semanas, buscando garantir a valorização do funcionalismo e o cumprimento do direito constitucional à revisão anual dos vencimentos.

Sintergs alerta para riscos da terceirização

A aprovação do projeto que amplia a terceirização de serviços públicos no Rio Grande do Sul acendeu o alerta no Sintergs. O texto, aprovado em Dezembro na Assembleia Legislativa por 35 votos a 10, permite que organizações sociais passem a administrar serviços em até 15 áreas do Estado, entre elas saúde, educação, assistência social, agricultura e cultura.

Para o Sintergs, a medida representa fragilização do serviço público, especialmente em setores estratégicos como a regulação de leitos hospitalares, vinculada à Secretaria Estadual da Saúde.

A regulação de leitos é o mecanismo responsável por organizar a ocupação hospitalar no estado, definindo para onde serão encaminhados pacientes conforme gravidade, disponibilidade e necessidade clínica. É esse sistema que garante fluxo ordenado entre unidades, evitando superlotação e assegurando atendimento adequado.

Com o avanço da terceirização, o Sintergs alerta para o risco de que o serviço passe a ser executado por trabalhadores sem formação específica e sem conhecimento dos protocolos internos do Sistema Único de Saúde (SUS), o que pode gerar atrasos, erros de encaminhamento e queda na qualidade do atendimento.

Além disso, a remuneração mais baixa praticada por empresas terceirizadas costuma resultar em alta rotatividade, comprometendo ainda mais a continuidade e a eficiência do trabalho.

“Estamos diante de um projeto que entrega áreas essenciais do Estado para organizações privadas que não necessariamente são qualificadas para tal, colocando em risco a qualidade da saúde pública, especialmente na regulação de leitos, que exige qualificação técnica e experiência. O resultado tende a ser um serviço precarizado, com trabalhadores menos preparados e maior rotatividade”, alerta a Diretora do Sintergs, Ana Lúcia Touguinha Weidle.

Segundo ela, a decisão abre caminho para perda de expertise acumulada historicamente pelos servidores, afetando diretamente a população que depende do sistema público.

Para o Sintergs, ao substituir servidores públicos de carreira e qualificados por contratos de gestão privada, o Governo abre espaço para descontinuidade de políticas públicas e enfraquecimento do SUS estadual.

Sindicato alerta para perdas salariais ao discutir do IPE Saúde

O aumento das alíquotas do IPE Saúde não poderia estar desvinculado de uma política de valorização salarial única para todos os servidores, como a data-base. A defesa é do 1º Vice-presidente do Sintergs, Danilo Krause, que participou da audiência da Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Modernização do Estado da Assembleia Legislativa, em Novembro.

O encontro reuniu entidades sindicais, especialistas e parlamentares para avaliar os impactos das mudanças implementadas na reforma do IPE Saúde de 2023, que elevou alíquotas, passou a cobrar dependentes e contribuiu para a redução no número de segurados e prestadores credenciados.

Segundo o 1º Vice-presidente do Sintergs, nos últimos anos, o Governo impôs uma queda nominal salarial superior a 80%, alimentando forte tensão nas relações com o funcionalismo e suas representações, refletindo também no IPE Saúde.

Danilo Krause, que também é membro titular do Conselho de Administração do IPE Saúde, defendeu maior clareza na gestão e na comunicação com os servidores.

“O IPE Saúde é um patrimônio dos servidores públicos gaúchos, e qualquer mudança deve ser feita com diálogo e transparência. Agora, o problema não é o IPE Saúde. É preciso entender isso. O problema é a defasagem salarial dos servidores públicos do RS somado ao aumento das alíquotas e cobrança de dependentes”, afirmou.

O diretor de Assuntos Previdenciários e Saúde do Sintergs, Sylio Alfredo Petzhold, destacou que a reforma ameaça o acesso à saúde do funcionalismo, devido a credenciamentos próprios ou de seus dependentes.

“O IPE tem uma função social e é um plano solidário e muito forte, baseado na contribuição mútua e na valorização dos servidores públicos. E assim deve permanecer”, pontuou.

Durante a audiência, o Sintergs reafirmou que seguirá acompanhando de forma rigorosa o processo de reestruturação do Instituto, cobrando medidas que garantam sustentabilidade financeira e atendimento digno. A entidade reforçou, ainda, que o debate precisa envolver a sociedade e o funcionalismo para assegurar soluções que preservem o direito à saúde dos servidores do Rio Grande do Sul.



Decisão sobre auxílio-refeição nas férias ainda não é definitiva; Sintergs alerta associados sobre ações precipitadas

A Turma de Uniformização da Fazenda Pública firmou entendimento favorável aos servidores públicos estaduais quanto ao direito ao pagamento do auxílio-refeição durante o período de férias, bem como à integração do benefício na base de cálculo do terço constitucional de férias.

O entendimento foi firmado no Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Cível nº 5004672-33.2024.8.21.9000. Nesse julgamento, a Turma reconheceu que o período de férias é considerado, por lei, como tempo de efetivo exercício. A partir dessa compreensão, concluiu-se que, durante as férias, o servidor deve receber sua remuneração integral, incluindo todas as parcelas pagas de forma habitual, ainda que a legislação específica do auxílio-refeição preveja, em regra, o pagamento conforme os dias trabalhados.

A Turma também registrou que, uma vez reconhecido o direito, os servidores terão direito ao recebimento dos valores retroativos, limitados aos últimos cinco anos. Esses valores deverão ser atualizados pela inflação (IPCA-E) e acrescidos de juros, sendo aplicada, a partir de 9 de dezembro de 2021, apenas a Taxa Selic para correção monetária e compensação da mora.

Contudo, é essencial destacar que a decisão ainda não é definitiva. Como ainda cabem recursos, o tema segue em análise pelo Judiciário e não gera efeitos imediatos neste momento.

Diante disso, o Sintergs faz um alerta aos seus associados: advogados que não são ligados ao Sindicato estão oferecendo o ingresso imediato com ações judiciais sobre o tema, mesmo sem a decisão final do Judiciário.

Embora uniformizado o entendimento no âmbito do Judiciário gaúcho, ainda é necessário aguardar o trânsito em julgado para que os efeitos práticos da decisão possam ser exigidos. O Sintergs, em conjunto com sua assessoria jurídica, acompanha atentamente todo o andamento do processo e orientará os servidores no momento adequado.

Alerta aos associados

O Sintergs reforça que não deve ser adotada nenhuma medida individual ou precipitada neste momento. Todas as orientações oficiais serão divulgadas pelo Sindicato no momento oportuno, somente após a conclusão final do processo, com o trânsito em julgado da decisão, quando não houver mais possibilidade de recursos.

O Sindicato recomenda cautela e alerta que propostas de ações judiciais feitas por terceiros, sem vínculo com o Sintergs, podem acarretar riscos jurídicos e financeiros aos servidores.

O Sintergs segue vigilante na defesa dos direitos dos servidores públicos do Rio Grande do Sul e manterá seus associados informados sobre qualquer novidade relevante.

Sobretaxa a aposentados revela mais sobre uma busca inócua de tentar resolver um desequilíbrio fiscal estrutural do que uma solução para previdência, afirma especialista

Sobretaxar aposentados e pensionistas, especialmente os de baixa renda, segue uma lógica voltada a resolver problemas de ordem fiscal na esfera estadual. A afirmação é do economista e advogado Filipe Leiria. Para ele, o mecanismo tem sido usado de forma inócua para tentar equilibrar contas públicas fragilizadas.

“O desequilíbrio do plano fiscal está diretamente relacionado com um modelo de desenvolvimento econômico alicerçado na dívida pública com juros elevados. Desse modo, a conta nunca fecha. Podemos sobretaxar mais e mais os servidores, aposentados e pensionistas. Nunca vai resolver. A atividade mais atrativa, livre de risco, na economia brasileira é investir em futuras reduções de orçamento público, ou seja, dívida pública. O desequilíbrio é estrutural. Jogar essa conta para servidores, em especial aqueles de baixa renda, é penalizar quem menos tem”, afirmou.

A reflexão marcou a palestra realizada em Dezembro, na sede do Sintergs, promovida pelo Sindicato em parceria com a Fundação Nhandé Kueri, com foco em previdência e regime jurídico único no Rio Grande do Sul.

O encontro reuniu servidoras e servidores públicos estaduais e trouxe um panorama aprofundado sobre o cenário fiscal, os impactos das reformas previdenciárias e os desafios estruturais que recaem sobre quem está na ativa e sobre aposentados.

A previdência como caixa do Estado

Durante a exposição, Leiria defendeu que a cobrança adicional sobre benefícios previdenciários reflete um problema maior: as contas públicas em desequilíbrio. Na avaliação do especialista, a previdência tem sido usada como instrumento de ajuste, o que revela prioridades políticas que recaem sobre quem menos tem.

Ele ressaltou que fatores como rentismo financeiro, exportação de commodities e desindustrialização contribuem para uma economia lenta, dificultando o reequilíbrio fiscal do país. Nesse contexto, elementos como o regime de metas de inflação, segundo ele, termina por punir especialmente quem possui menor renda e maior vulnerabilidade econômica.

Leiria apresentou ainda uma análise histórica sobre o processo de financeirização, destacando o avanço dos mercados financeiros desde os anos 1970 e sua influência

sobre sistemas previdenciários. Explicou mecanismos como securitização, fundos de capitalização e antecipação de recebíveis, que transferem riscos sociais para trabalhadores e distanciam o caráter solidário da proteção social.

Ele retomou o modelo PAYG (repartição simples), baseado no pacto entre gerações, como estrutura que garante direitos ao reconhecer que o resultado previdenciário individual não se limita à contribuição isolada, mas a um compromisso social coletivo.

Repercussão e o futuro do serviço público

O debate mobilizou o público e abriu espaço para perguntas e reflexões sobre o papel do Estado e a sustentabilidade da previdência pública.

A Presidente do Conselho Curador da Fundação Nhandé Kueri, Rebel Zambrano Machado, salientou a importância estratégica do evento para o futuro da categoria.

“Esta palestra marca a retomada de nossos momentos de qualificação e ampliação do debate crítico em nossa base de servidores de nível superior. A missão da Fundação Nhandé Kueri é exatamente essa: fornecer o conhecimento necessário para que possamos defender um serviço público de excelência, com a competência técnica que o Estado gaúcho merece”, destacou Rebel.

Para o 1º Vice-presidente do Sintergs, Danilo Krause, o encontro foi fundamental para qualificar o debate interno da categoria

“Eventos como este elevam o nível de compreensão sobre os desafios previdenciários e fortalecem nossa capacidade de enfrentamento coletivo. Informação e estudo são parte da defesa dos direitos dos servidores”, afirmou



A 2ª Vice-presidente do Sintergs, Priscilla Lunardelli, ressaltou ainda a relevância de ampliar o tema para toda a base.

“É urgente que o servidor entenda que previdência é projeto de futuro. Momentos formativos como este nos ajudam a resistir a retrocessos e pensar em soluções para um modelo mais justo”, explicou.

Charge



Expediente

Diretoria Sintergs 2024-2027

Nelcir André Varnier - Diretor Presidente

Danilo Luiz Chiaradia Krause - Diretor 1º Vice-Presidente

Priscilla da Silva Lunardelli - Diretora 2ª Vice-Presidente

Humberto Periolo - Diretor 1ª Secretário

Márcia Werklehr Paganotto Lopes - Diretora 2º Secretária

Francisco Menegat - Diretor Financeiro

Guilherme Toniolo - Diretor Financeiro Adjunto

José Alberto Silveira - Diretor de Política Salarial

Nádia Regina Silveira Pacheco - Diretora de Assuntos Funcionais e Qualificação Técnica

Ana Lúcia Touguinha Weidle - Diretora de Comunicação

Maria Aparecida Ferreira Frozza - Diretora de Assuntos Regionais e Setoriais

Sylio Alfredo Petzhold - Diretor de Assuntos Previdenciários e Saúde

Conselho Fiscal

Daniel Lima Gonzaga

Sandra Denise Arruda Cunha

Mirta da Silva Larangeira

Representante dos Aposentados

Pedro Alberto Armani Martins

Rubem Campos Munhoz Vasconcellos

f /sintergs X @sintergsrs @sintergsrs

in linkedin.com/company/sintergsoficial/

Rua José de Alencar, nº 1089 | CEP: 90880-481

Porto Alegre - RS | Fone: (51) 3025-0011

WhatsApp: +55 (51) 99512-5386

E-mail: sintergs@sintergs.com.br

www.sintergs.org.br

Coordenação

Ana Lúcia Touguinha Weidle

Diretora de Comunicação

Projeto gráfico, edição e textos:

Spindler Comunicação

Tiragem:

6 mil exemplares

